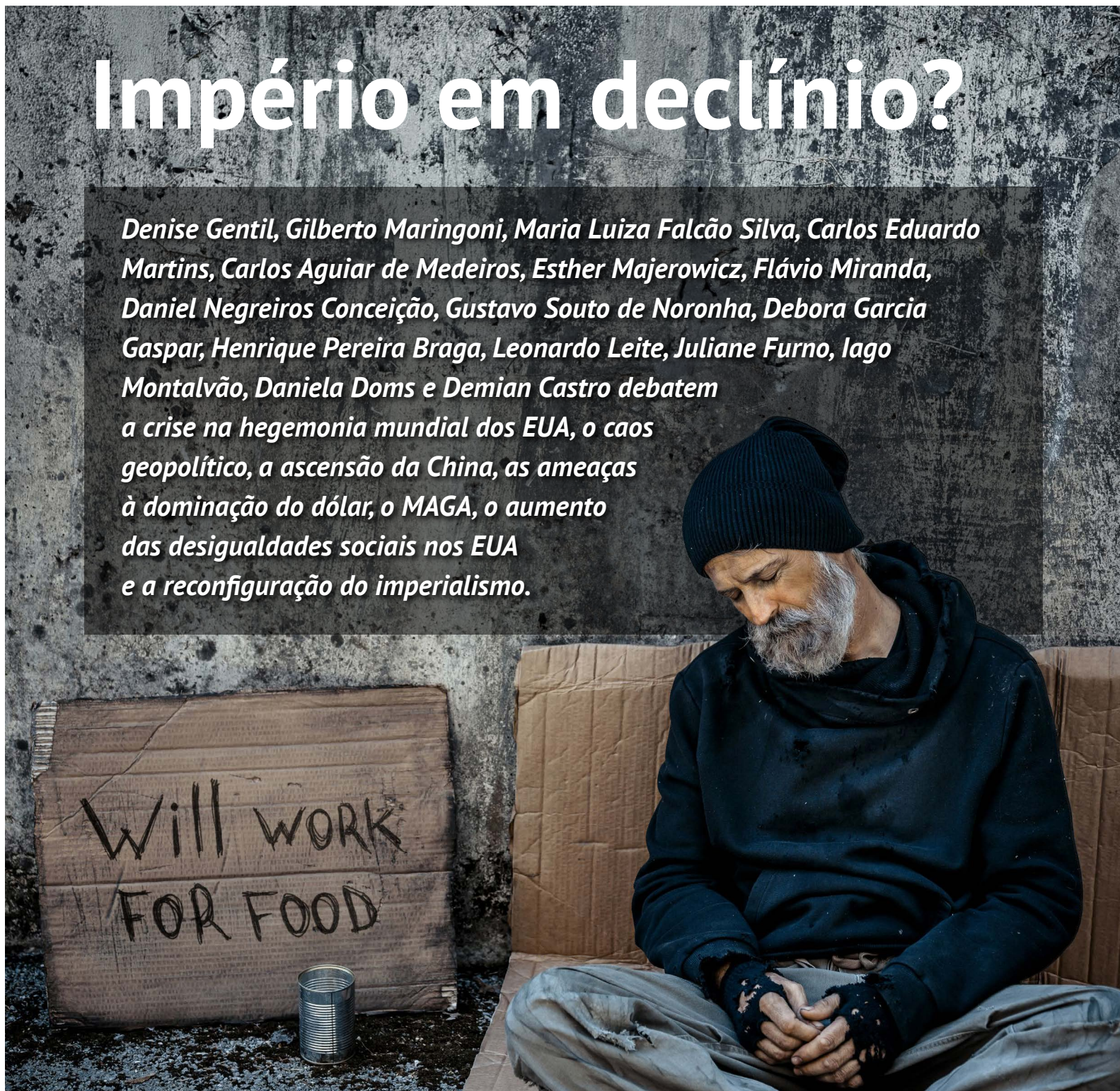


Império em declínio?

Denise Gentil, Gilberto Maringoni, Maria Luiza Falcão Silva, Carlos Eduardo Martins, Carlos Aguiar de Medeiros, Esther Majerowicz, Flávio Miranda, Daniel Negreiros Conceição, Gustavo Souto de Noronha, Debora Garcia Gaspar, Henrique Pereira Braga, Leonardo Leite, Juliane Furno, Iago Montalvão, Daniela Doms e Demian Castro debatem a crise na hegemonia mundial dos EUA, o caos geopolítico, a ascensão da China, as ameaças à dominação do dólar, o MAGA, o aumento das desigualdades sociais nos EUA e a reconfiguração do imperialismo.





Império em declínio?

■ Presenciamos o declínio do mais poderoso império da humanidade? Denise Gentil, da UFRJ, e Gilberto Maringoni, da UFABC, avaliam que vivemos uma crise da hegemonia dos EUA, ameaçada pela China. A centralidade da disputa se trava pelo poder sobre a moeda – o dólar.

Maria Luiza Falcão, UnB, afirma que o declínio dos EUA não se expressa como colapso abrupto, mas como esgotamento histórico de um modelo que já não consegue produzir estabilidade, prosperidade ou legitimidade.

Cadu Martins, da UFRJ, chama de imperialismo *tout-court* a etapa inaugurada por Trump, caracterizada pela violência e conflitos internacionais, sem o alcance da estabilidade.

Carlos Aguiar de Medeiros, da UFRJ, e Esther Majerowicz, da Ufba, consideram que o poder econômico americano se encontra num momento crítico, desafiado pela China.

Flávio Miranda, da UFRJ, acredita que não é possível prever se Trump será capaz de superar a crise do capitalismo contemporâneo nem se o império estadunidense declinará.

Daniel Conceição, da UFRJ, e Gustavo Noronha, do Incra, salientam que assistimos aos estertores da hegemonia dos EUA, os últimos espasmos de um poder que já não sabe persuadir – apenas punir.

Debora Gaspar, da UFRJ, vale-se do conceito gramsciano de *interregno* para analisar o mundo de hoje: um período prolongado de crise política e desorientação, no qual o antigo equilíbrio hegemônico se desfaz.

Henrique Braga, da UFRJ, frisa que Trump busca a melhoria do padrão de vida só nos EUA. Não há um projeto de desenvolvimento para todas as nações.

Leonardo Leite, da PUC Campinas, classifica Trump como um agente político que mobiliza interesses sociais reais, reorganiza alianças de classe e altera formas de gestão e discursos de legitimação.

Juliane Furno, da UFF, julga que os EUA estão diante da redefinição de um “nacional-imperialismo”, com traços mais próximos do entreguerras do que do arranjo pós-Segunda Guerra.

Iago Montalvão, da Unicamp, ressalta que a liderança da China na transição energética pode reforçar ainda mais o declínio da hegemonia dos EUA.

Daniela Doms, da UFABC, destaca que o caos geopolítico gerado pelo declínio hegemônico dos EUA ocorre simultaneamente à crise climática.

Demian Castro, da UFPR, aponta a dificuldade dos EUA de manter a dominação do dólar, o aumento das desigualdades sociais e a supremacia do complexo militar-industrial nas decisões estratégicas.

Sumário

Império em declínio: a erosão da centralidade do dólar	3
<i>Denise Gentil e Gilberto Maringoni</i>	
Império em declínio: os Estados Unidos e o esgotamento de um modelo	5
<i>Maria Luiza Falcão Silva</i>	
O novo imperialismo de Trump: dimensões e vulnerabilidades	7
<i>Carlos Eduardo Martins</i>	
O caos da era Trump e a crise do poder americano	9
<i>Carlos Aguiar de Medeiros e Esther Majerowicz</i>	
Hegemonia burguesa em tempos de Trump	12
<i>Flávio Miranda</i>	
O sequestro, a serpente e a fumaça: estertores da hegemonia	15
<i>Daniel Negreiros Conceição e Gustavo Souto de Noronha</i>	
Um ano do segundo mandato de Trump: transições globais e algumas lições da História	18
<i>Debora Garcia Gaspar</i>	
Os Estados Unidos no capitalismo global: anotações sobre o segundo governo Trump	20
<i>Henrique Pereira Braga</i>	
O sistema internacional está em ruptura – e não por causa de Trump	22
<i>Leonardo Leite</i>	
O nacional-imperialismo de Donald Trump	24
<i>Juliane Furno</i>	
O papel da energia e do petróleo na disputa entre Estados Unidos e China	26
<i>Iago Montalvão</i>	
Corolário da crise: o sonho americano como pesadelo global	28
<i>Daniela Doms</i>	
Os sentidos do declínio imperial dos EUA	31
<i>Demian Castro</i>	

O Corecon-RJ apoia e divulga o programa Faixa Livre, veiculado de segunda a sexta de 8h às 10h. Você também pode ouvir os programas pelos sites www.aepet.org.br/radioao vivo.html e www.programafaixa livre.com.br, canal no Youtube, Facebook, Instagram, podcast no Spotify, Deezer, Castbox e SoundCloud e aplicativo gratuito.

Jornal dos ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Antônio dos Santos Magalhães, Sidney Pascountto da Rocha, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Gustavo Souto de Noronha, João Hallak Neto, Marcelo Pereira Fernandes, José Antonio Lutterbach Soares, Wellington Leonardo da Silva, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Ricardo de Moraes Lopes, Anderson Carlos Nogueira Oriente e Fernando D'Angelo Machado. **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro. **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda-ME (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866). **Projeto Gráfico, diagramação e ilustração:** Rossana Henriques (rossana.henriques@gmail.com). **Revisão:** Bruna Gama. **Periodicidade:** Mensal. **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20040-906
Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106
Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: José Antonio Lutterbach Soares. **Vice-presidente:** Luis Gustavo Vieira Martins. **Conselheiros Efetivos:** 1º TERÇO: (2026-2028) Arthur Camara Cardozo, Marcelo Pereira Fernandes, Sidney Pascountto da Rocha - 2º TERÇO: (2024-2026) Antônio dos Santos Magalhães, Fernando D'Angelo Machado, Luis Gustavo Vieira Martins - 3º TERÇO: (2025-2027) José Antonio Lutterbach Soares, Antonio José Alves Junior, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda. **Conselheiros Suplentes:** 1º TERÇO: (2026-2028) Gustavo Souto de Noronha, João Hallak Neto, Regina Lúcia Gadioli dos Santos - 2º TERÇO: (2024-2026) Juliana Duffles Donato Moreira, Gilberto Caputo Santos, Flávia Vinhaes Santos - 3º TERÇO: (2025-2027) Anderson Carlos Nogueira Oriente, Mauro Osório da Silva, José Ricardo de Moraes Lopes.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000. Tel.: (21) 2262-2535 Telefax: (21) 2533-7891 e 2533-2192. Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Mandato - 2025 a 2028

Coordenação de Relações Institucionais: Wellington Leonardo da Silva (Coordenador geral), Sidney Pascountto da Rocha.

Coordenação de Relações Sindicais: Fernando D'Angelo Machado, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, João Manoel Gonçalves Barbosa, Gilberto Caputo Santos.

Coordenação de Divulgação, Administração e Finanças: Antonio dos Santos Magalhães, Gilberto Alcântara da Cruz, José Antônio Lutterbach Soares.

Conselho Fiscal: Maria da Glória Vasconcellos T. Lacerda, André Luiz Silva de Souza, Guilherme Tinoco Oliveira dos Anjos.

Império em declínio: a erosão da centralidade do dólar

Denise Gentil*

Gilberto Maringoni**

■ O primeiro ano do segundo governo Trump vai passar para a história como um período de aceleração da reorganização global do poder, em curso pelo menos desde o início do século XXI. Vivemos uma crise inédita neste século: uma crise da hegemonia do império estadunidense. Pode soar paradoxal falar em crise de um país que desata uma onda de agressividade política, militar e econômica avassaladora. Hegemonia não é o mesmo que poder, embora haja ligações entre os dois conceitos. Os Estados Unidos perdem seu poder moral, sua capacidade de convencimento, atributos próprios do exercício da hegemonia. Por isso têm de exacerbar o uso da violência.

Há uma disputa pela hegemonia global? Sim, isso é claro, pelo tom quase alucinado com que a Estratégia Nacional de Defesa¹, documento emanado do Departamento de Guerra há algumas semanas, trata a China. Estamos em uma transição hegemônica conflituosa, que pode durar décadas. Se for assim, o ano de 2025 pode ser visto como um momento especial de condensação de tendências há muito sedimentadas. A lista dos mecanismos de pressão colocados a serviço da reação à crise de hegemonia é longa: intensificação das sanções econômicas; instrumentalização do dólar e do SWIFT como armas geopolíticas; aplicação de tarifas como mecanismo de coerção contra aliados e adversários; ameaças de anexação de territórios como Groenlândia e Canadá; bombardeio sobre o Irã; cerco militar à Venezuela e ameaças a Cuba, Colômbia e México; genocídio em Gaza; incremento dos

gastos militares em patrocínio à guerra na Ucrânia e no Oriente Médio etc..

A crise de hegemonia reúne a etapa da financeirização avançada caracterizada pela hipertrofia do capital financeiro, a perda de dinamismo produtivo e o aprofundamento da coerção militar. Porém, entre todos esses fatores, a centralidade da disputa se trava pelo poder sobre a moeda – o dólar.

A correlação entre supremacia global e moeda nunca se mostrou tão necessária para a análise política.

Buscando recuperar sua posição hegemônica global na disputa com a China, os EUA, através de escancarada chantagem tarifária, provocaram uma reação defensiva de seus aliados e do Sul Global. Ao choque inicial por parte dos países atingidos, seguiu-se um desgaste político global. Os países afetados passaram a atacar a supremacia financeira dos Estados Unidos, que hoje enfrenta um choque estrutural inédito no seu sistema dólar, com a queda da participação dos títulos do Tesouro americano e o aumento do ouro nas reservas globais, e a montagem de mecanismos alternativos de pagamento e liquidação, fora do SWIFT, articulada por países do Brics.

Imediatamente, passaram a ocorrer movimentos como a fuga do dólar para outros ativos, provocando sua acentuada desvalorização frente às demais moedas. O Índice do Dólar Americano (DXY) acumulou queda de 12% em 2025, considerada muito elevada. O tombo em curto período só é comparável ao declínio de 1973. A saída de agentes financeiros, inclusive bancos centrais, de suas posições em dólar equivaleram a grandes vendas de títulos da dívida pública norte-americana. Os *treasuries* não são apenas



Denise Gentil



Gilberto Maringoni



CLIQUE E OUÇA

papéis de dívida, mas um alicerce do sistema financeiro global baseado no dólar. São os ativos mais líquidos e por isso considerados o porto seguro dos agentes contra as incertezas de um mercado financeiro liberalizado. A fuga dos *treasuries* em 2025 não foi um mero movimento de diversificação no exterior. Foi a demonstração de que as regras do jogo de Washington deixaram de ser estáveis e confiáveis.

As instituições financeiras e não financeiras e os bancos centrais, em reação preventiva, buscaram reduzir a dependência do dólar aumentando a proteção em ouro. Houve compras agressivas do metal em 2025, que fizeram sua valorização alcançar cerca de 65%, atingindo cotações máximas históricas. Em janeiro de 2026, o ouro acumulou 16,25% de valorização em apenas um mês.

As reservas internacionais no Brasil estão em US\$ 358,234 bilhões (posição em dezembro/2025): 81% em títulos e 7% em ouro. Entre janeiro e dezembro de 2025, a parcela em ouro subiu 104%, ou seja, mais que duplicou (Banco Central do Brasil). No mesmo período, as reservas internacionais cresceram apenas 9%. China e Índia aumentaram suas reservas em ouro em 48% e 50%, respectivamente, entre o 3º tri/2024 e 3º tri/2025 (FMI). O movimento não é recente. Tornou-se mais intenso nos últimos três anos. O BC brasileiro acompanhou o movimento dos demais bancos centrais do mundo, comprando ouro diante do cenário geopolítico de alto risco. Entre outubro de 2024 e novembro de 2025, o Brasil vendeu US\$ 60,8 bilhões em títulos do Tesouro dos EUA, diminuindo em 27% sua reserva nesses ativos. A China reduziu em 10% e Índia em 23% (Departamento do Tesouro dos EUA).

O capital que abandonou os títulos do Tesouro americano foi alocado em ouro e nas bolsas dos países periféricos, como Brasil, México, Chile, Colômbia. A bolsa brasileira experimentou momentos de recordes históricos. Em 2025 subiu 45% com o influxo de capital especulativo externo. Em janeiro de 2026 subiu 14,63%, mostrando a continuidade desse processo. Como no ano anterior, esse capital se dirige para ações de empresas produtoras de *commodities* como Vale



(crescimento de 19% em 2025) e Petrobrás (19,7%), grandes bancos e Embraer.

O abandono do dólar é também consequência da pressão exercida por Trump sobre o presidente do Federal Reserve para flexibilização da política monetária, o que gera a expectativa de juros menores nos EUA, tornando os títulos públicos americanos menos atraentes para especuladores.

Neste momento de enorme incerteza no mercado financeiro internacional, é importante realçar os movimentos da China. Xi Jinping defendeu, em texto publicado em 31 de janeiro de 2026, na revista *Qiushi*, órgão teórico do Partido Comunista Chinês, que o renminbi se torne a moeda de reserva global. A estratégia é de ampliar o uso do renminbi no comércio, investimentos e mercados de câmbio.

A desvalorização expressiva do dólar ao longo do último ano não é fenômeno meramente conjuntural do mercado cambial, mas um sintoma de contradições estruturais associadas à fase madura da hegemonia norte-americana. Na formulação de Giovanni Arrighi, os ciclos sistêmicos de acumulação entram em declínio quando a supremacia produtiva do Estado hegemônico é deterio-

rada pela financeirização, momento em que a moeda passa a sustentar-se menos na expansão material da economia e mais na capacidade de atrair capitais externos voláteis e impor força política e militar ao sistema internacional. A financeirização das economias do Ocidente contrasta com a expansão da China, Índia, Ásia Ocidental e outras economias emergentes. O arranjo monetário-financeiro centrado no dólar, síntese do império norte-americano, exige, agora, um grau crescente de coerção militar para se sustentar. O corolário Trump demonstra que intervirão, inclusive violentamente, para garantir domínio regional e global visando a restaurar o controle geopolítico e enquadrar potências rivais. Mas o dólar está ameaçado por uma potência desafiante poderosa e sua moeda emergente – a China.

* É economista e professora colaboradora do Instituto de Economia da UFRJ.

** É jornalista, historiador e professor de Relações Internacionais da UFABC.

1 Disponível em <https://media.defense.gov/2026/Jan/23/2003864773/-1/-1/0/2026-NATIONAL-DEFENSE-STRATEGY.PDF>

Império em declínio: os Estados Unidos e o esgotamento de um modelo

Maria Luiza Falcão Silva*

Introdução: quando o centro já não organiza o sistema

Falar em “império em declínio” não significa anunciar um colapso iminente nem negar o poder ainda concentrado nos Estados Unidos. Significa reconhecer um processo histórico de perda da capacidade de organizar, estabilizar e legitimar a ordem internacional construída sob sua liderança no pós-Segunda Guerra Mundial.

O que se esgota não é apenas uma posição relativa no sistema internacional, mas um modelo econômico, político e geopolítico que durante décadas funcionou como eixo estruturante do capitalismo global.

Ao longo do século XX, os Estados Unidos (EU) conseguiram articular poder produtivo, supremacia tecnológica, moeda hegemônica, capacidade militar e liderança institucional. Essa combinação permitiu exercer hegemonia no sentido clássico: liderar, arbitrar conflitos, oferecer bens públicos globais e organizar consensos mínimos. No início do século XXI, essa arquitetura entrou em tensão permanente. O que se observa hoje é um poder que ainda impõe, mas já não convence; que reage, mas raramente constrói; que ameaça, mas já não oferece horizonte.

A construção histórica da hegemonia americana

A ascensão dos Estados Unidos como potência central foi resultado de circunstâncias históricas específicas. A devastação europeia após as guerras mundiais, a institucionalização do sistema de Bretton Woods e a expansão do modelo fordista-keynesiano criaram as condições para uma hegemonia econômica e política sem precedentes.

No pós-1945, os EU emergiram como credor global, com ampla capacidade industrial



e controle sobre a moeda que se tornaria referência internacional. O dólar passou a operar simultaneamente como moeda nacional e ativo internacional, permitindo financiar déficits externos sem os constrangimentos enfrentados por outras economias. Essa singularidade foi reforçada por instituições multilaterais, alianças militares e por uma narrativa ideológica que associava democracia liberal, crescimento e liderança americana.

Mesmo com o colapso da conversibilidade ouro-dólar nos anos 1970, os Estados Unidos conseguiram prolongar sua centralidade por meio da financeirização, da liberalização dos fluxos de capitais e da expansão do mercado financeiro global. A hegemonia passou a ser sustentada menos pela produção e mais pelo controle das finanças, dos ativos e das regras do jogo internacional.

O esgotamento econômico: financeirização sem prosperidade

O núcleo da crise do modelo estadunidense reside na desconexão crescente entre finanças, produção e bem-estar social. Desde os anos 1980, a desindustrialização acelerada, a precarização do trabalho e a concen-

tração de renda corroeram a base material que sustentava tanto a estabilidade interna quanto a projeção externa do país.

O crescimento passou a depender cada vez mais da expansão do crédito, da valorização de ativos e de bolhas financeiras recorrentes. A crise de 2008 revelou de forma incontornável a fragilidade estrutural desse arranjo. A resposta – liquidez ilimitada, socialização das perdas e reforço do poder financeiro – evitou o colapso imediato, mas aprofundou as contradições de longo prazo.

Desde então, a economia americana convive com mercados financeiros hipertrofiados, infraestrutura deteriorada, salários estagnados e desigualdade crescente. O dinamismo aparente dos indicadores financeiros esconde um esvaziamento da capacidade produtiva e uma crise de coesão social que se expressa politicamente de forma cada vez mais radicalizada.

Moeda hegemônica: privilégio exorbitante sob desgaste

No período recente, o dólar permanece como principal moeda internacional, mas sua hegemonia tornou-se mais frágil e politicamente tensionada. O chamado privilégio exorbitante de emitir a moeda de reserva mundial sempre implicou déficits externos persistentes, financiados pelo resto do mundo. Esse mecanismo funcionou enquanto os EU foram o principal polo produtivo e tecnológico. Hoje, tornou-se fonte de vulnerabilidade.

A expansão permanente da política monetária não convencional, aliada ao uso sistemático de sanções financeiras e à instrumentalização geopolítica do sistema de pagamentos, corroeu a confiança no dólar. Países passaram a diversificar reservas, firmar acordos em moedas locais e fortalecer arranjos financeiros regionais, como no caso do Brics+.

Não se trata de uma substituição ime-



O hotel Mount Washington, em Bretton Woods, New Hampshire, local da histórica conferência de 1944

diata da moeda hegemônica, mas de um processo gradual de erosão da centralidade exclusiva do dólar. A hegemonia monetária depende menos da força coercitiva e mais da aceitação voluntária – e essa aceitação já não é incondicional.

Geopolítica do declínio: coerção em lugar de liderança

No plano geopolítico, o declínio se manifesta por meio de uma diplomacia cada vez mais coercitiva. Incapazes de construir consensos duradouros, os Estados Unidos recorrem crescentemente a sanções, ameaças e demonstrações de força. Essa estratégia não estabiliza o sistema; ao contrário, fragmenta-o.

A expansão de alianças militares, a militarização de disputas econômicas e a retórica permanente de confronto refletem menos autoconfiança do que insegurança estrutural. Um império em ascensão integra; um império em declínio tenta conter. Essa lógica defensiva estimula corridas armamentistas, desorganiza cadeias produtivas globais e acelera a formação de blocos rivais.

Ao mesmo tempo, a incapacidade de lidar respostas globais à crise climática, à desigualdade e à instabilidade financeira mina ainda mais a legitimidade do centro. A hegemonia perde sentido quando deixa de oferecer soluções coletivas.

Fragmentação interna e crise de legitimidade

Nenhuma hegemonia externa é sustentável sem coesão interna. Nos Estados Unidos, a polarização política tornou-se estrutural. O sistema institucional mostra-se cada vez menos capaz de mediar conflitos sociais profun-

dos, enquanto a captura do Estado por interesses corporativos e financeiros aprofunda a desconfiança generalizada.

A crise não é apenas política, mas civilizatória. O conflito já não se dá entre projetos de desenvolvimento, mas entre visões inconciliáveis sobre o próprio significado de democracia, Estado e futuro. Essa fragmentação compromete a capacidade de formular estratégias de longo prazo e reforça o caráter errático da atuação internacional americana.

A ascensão da China e a reação americana

O declínio do império americano não pode ser compreendido apenas como um processo interno. Ele é também um declínio relacional, mensurável pela ascensão da China como potência econômica, tecnológica e geopolítica. Diferentemente de desafios anteriores, a China emerge como alternativa sistêmica, combinando base produtiva robusta, planejamento estatal e inserção internacional ativa.

A resposta americana à ascensão chinesa tem sido marcada menos pela adaptação e mais pela contenção. Tarifas, sanções tecnológicas, restrições a investimentos, pressões diplomáticas e militarização do entorno asiático tornaram-se instrumentos centrais da política externa dos Estados Unidos. A rivalidade com a China substituiu a lógica de integração econômica por uma lógica de confronto estrutural.

É nesse contexto que as vitórias políticas de Donald Trump ganham significado histórico. Trump não representa um desvio acidental, mas a expressão política do esgotamento da hegemonia americana. Sua obsessão declarada em derrotar a China em todos os espectros – comercial, tecnológico,

monetário, geopolítico e simbólico – traduz a percepção de que o tempo histórico já não favorece os Estados Unidos.

O império que sobrevive impondo, não liderando

Assim, o declínio do império americano não se expressa como colapso abrupto, mas como esgotamento histórico de um modelo que já não consegue produzir estabilidade, prosperidade ou legitimidade. Os Estados Unidos seguem sendo uma potência central, mas sua ação internacional tornou-se predominantemente defensiva, reativa e coercitiva.

Um sistema sustentado pela financeirização permanente, pela militarização das relações internacionais e pela instrumentalização da moeda como arma política não organiza o mundo; desorganiza-o. A hegemonia, quando perde sua dimensão de liderança, transforma-se em dominação instável.

Visto à luz dos ciclos históricos analisados por Giovanni Arrighi, da anatomia do império financeiro descrita por Michael Hudson e da crise de legitimidade do capitalismo avançado examinada por Wolfgang Streeck, o declínio dos Estados Unidos revela-se como um processo estrutural aprofundado pela ascensão da China e pela incapacidade do poder americano de responder à perda de hegemonia com liderança e integração, recorrendo cada vez mais à coerção como substituto de um consenso histórico que já não pode ser reconstruído.

** É economista, PhD pela Heriot-Watt University, Escócia, e professora aposentada da Universidade de Brasília (UnB), onde integra o Grupo Brasil-China de Economia das Mudanças do Clima (GBCMC) do Neasia/UnB. É autora de Modern Exchange Rate Regimes, Stabilisation Programmes and Coordination of Macroeconomic Policies (Editora Ashgate, Inglaterra), e membro da Associação Brasileira de Economistas pela Democracia (Abed).*

Referências bibliográficas

Arrighi, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
Hudson, M. *Super Imperialism: The Origin and Fundamentals of U.S. World Dominance*. 2nd ed. London: Pluto Press, 2003.
Streeck, W. *How Will Capitalism End? Essays on a Failing System*. London: Verso, 2016.

O novo imperialismo de Trump: dimensões e vulnerabilidades

Carlos Eduardo Martins*

■ Temos apresentado a conjuntura mundial contemporânea como caracterizada pelo caos sistêmico, que se estabeleceu hodiernamente a partir da ruptura da política externa estadunidense com o imperialismo informal e a globalização neoliberal, desde a eleição de Donald Trump em 2016. Essa ruptura possui causas profundas e já avançava molecularmente durante o mandato de Barack Obama, com o crescimento da economia política de sanções e o seu direcionamento para a Rússia, buscando impedir o desenvolvimento geoeconômico da Eurásia, onde Moscou aporta território, localização e recursos estratégicos. A isso, somam-se as guerras híbridas que atingiram a Ucrânia e a América do Sul, em especial o Brasil — além do Norte da África —, afetando espaços vitais da multipolaridade emergente, do poder embrionário do Brics e de sua área de influência. Foi Donald Trump, todavia, quem afrontou o neoliberalismo, pretendendo subordiná-lo a um capitalismo de Estado que submetesse o mercado mundial ao poder estatal dos Estados Unidos, abrindo o espaço para o estabelecimento de um império global e de uma nova etapa do imperialismo, que chamamos de imperialismo *tout-court* para designar o emprego aberto da violência estatal no sistema-mundo que não alcança uma ordem estável e aprofunda os conflitos internacionais, gerando situações disruptivas.

Trump reconheceu o declínio estadunidense e a necessidade de redefinir as prioridades estratégicas e os interesses vitais. Partindo da percepção de escassez relativa de força, descartou o universalismo liberal em

favor do excepcionalismo norte-americano e de seus interesses econômicos e de exercício de poder. Diferentemente de Obama, que pretendeu liderar uma ordem multilateral capaz de incorporar potências emergentes, Trump afirmou o retorno da era de rivalidades entre as grandes potências. Declarou a China e a Rússia potências revisionistas que ameaçariam a ordem, a prosperidade, os interesses e valores estadunidenses. Nomeou Pequim o principal inimigo externo a ser contido e o liberalismo político e o socialismo os maiores inimigos internos. Descartou os principais paradigmas da política externa norte-americana: o internacionalismo emergente no pós-Guerra Fria e a sua pretensão de exportar regimes políticos liberais e substituir autocracias; e as políticas de hegemonia, iniciadas no pós-guerra, que financiaram alianças políticas através de assistência militar e econômica, principalmente na Europa e no Leste Asiático. Paralisou a OMC, retirou Washington do Acordo de Paris e de inúmeras organizações internacionais, negou o aquecimento global, rejeitou as regulações ambientais, rechaçou os déficits comerciais, iniciou uma ofensiva tarifária contra a China e um conjunto de sanções e embargos extensivos a terceiros países para isolá-la e afastá-la da corrida pelo domínio da vanguarda do paradigma microeletrônico. Reivindicou o restabelecimento do poder industrial estadunidense, a repatriação de capitais e estendeu a ofensiva tarifária tanto aos países superavitários em relação aos Estados Unidos quanto àqueles cujas diretrizes políticas e sociais afetavam seus interesses.

Trump inverteu a aposta de Nixon e Kissinger de incluir a China na ordem interna-



CLIQUE E OUÇA



cional estadunidense para isolar a URSS. Ele negocia as reivindicações territoriais de Putin na Ucrânia para afastá-lo de Xi Jinping e da resistência às ações de expansão do unilateralismo norte-americano. Fragiliza a Otan, ameaça a Europa, reforça a sua balcanização, dá suporte a forças nacionalistas, alimenta as tensões com a Rússia para evitar o fortalecimento de um poder regional e atuar como poder estabilizador, transformando a assistência militar em exportação de armas e serviços de defesa e em exploração de recursos estratégicos. Trump reapropriou a Doutrina Monroe, originalmente destinada a condenar a reconquista colonial dos países americanos pela Santa Aliança, para usá-la contra as decisões soberanas dos países latino-americanos e caribenhos de escolherem sua política externa e os Estados e formações sociais com que cooperam nos planos econômico, político, social e diplomático. Trata-se, em verdade, da retomada da Doutrina do Destino Manifesto, estendendo-a a todo o Hemisfério Ocidental para expulsar a presença chinesa e russa da região e estabelecer protetorados e governos títeres dos interesses estadunidenses, independentemente de sua orientação política e de seus valores, desde que sejam cooperativos por adesão ideológica ou por sujeição às ameaças de emprego do poder militar norte-americano.

O Hemisfério Ocidental substitui o Oriente Médio na condição de espaço vital estadunidense, mas o projeto de poder mundial de Trump não delimita zonas de influência: objetiva construir um império global que impeça o surgimento de qualquer força regional capaz de ameaçar o poder estadunidense. Apoia o subimperialismo sionista para criar uma alternativa à Rota da Seda que una a Índia ao Mediterrâneo europeu e respalda a sua ingerência além dos limites bíblicos da Grande Israel para atingir o Irã. A meta é produzir uma mudança de regime, controlar o Estreito de Ormuz com um governo pró-estadunidense e ameaçar a China, colocando em risco o seu abastecimento energético. A incapacidade de Israel para cumprir esta missão tem levado ao crescente envolvimento militar dos Estados Unidos no Irã, com o bombardeio do seu

projeto nuclear, deslocamento de porta-aviões para as suas imediações, ameaça de nova ofensiva e chantagens. Para isso, requeixa-se o argumento da defesa dos direitos civis e humanos, que volta à cena casuisticamente, apesar do ataque de Trump ao internacionalismo liberal em geral e do seu respaldo à violência do ICE contra a população imigrante e norte-americana.

No entanto, Trump acentua as vulnerabilidades estruturais dos Estados Unidos. As ameaças e violações que lança sobre as soberanias estatais no mundo agregam-se ao crescente parasitismo financeiro e ao declínio tecnológico para impulsionar uma corrida global contra o dólar. No século XXI, o ouro elevou o seu preço em relação ao dólar mais de 15 vezes e, desde janeiro de 2024, 2,4 vezes. Em 2000, o dólar representava 60% das reservas monetárias mundiais, patamar muito semelhante ao de 2016 (56%), quando Trump se elegeu Presidente da República pela primeira vez. Desde então, a participação do dólar despencou para 43,8% em 2025 e a do ouro aumentou de 10,9% para 24,2%. Um dos principais determinantes desse processo é a compra do metal pela China: em 2008, suas reservas, que eram de 599 toneladas, passaram para 1054 (2009), 1658 (2016), 1948 (2022) e 2030 toneladas em 2025.

Há fortes evidências de que estamos próximos de uma grave crise financeira nos Estados Unidos, que deverá colocar em questão o último pilar de sua hegemonia: o protagonismo do dólar. Ela possivelmente se desdobrará ao longo da quarta grande queda do índice Dow Jones em relação ao ouro. A primeira queda, de 90%, ocorreu entre 1929 e 1933, com a trajetória de recuperação iniciando-se em 1941, a qual se converteu em prosperidade até atingir o limite em 1967; o segundo tombo, de 95%, deu-se entre 1967 e 1979, com a retomada a partir de 1981, prolongando-se até 2001; a terceira grande baixa, de 85%, ocorreu entre 2001 e 2011, sendo revertida de 2013 a 2022 – ano em que se inicia a quarta grande inflexão negativa, um processo que já derrubou o marcador em 50%.

A capacidade de o imperialismo norte-americano fazer frente a isso é muito limitada. Desde 2008, os Estados Unidos ingres-

saram em uma fase recessiva do ciclo de Kondratieff iniciado em 1994, o que reduziu o crescimento anual do PIB *per capita* entre 2008 e 2024 para 1,2% – quase metade da taxa registrada entre 1994 e 2007 (2%). Se a imensa expansão do déficit público e da dívida pública foi crucial para elevar o coeficiente Dow Jones/ouro, a taxa de lucro, a rentabilidade dos investimentos e defender o dólar entre 2013 e 2022, tais instrumentos parecem agora insuficientes para elevar o preço dos ativos e enxugar a moeda: não apenas pelo tamanho dos estoques, mas principalmente pela dimensão da pressão do mercado mundial. Os Estados Unidos estão perdendo a corrida tecnológica para a China de forma irreversível: foram ultrapassados em número total de patentes e em patentes *per capita*, em 2012 e 2018, respectivamente; responderam por 9,9% do crescimento do PIB global em 2025, contra expressivos 26,5% da China; e viram a potência asiática expandir o seu saldo comercial para US\$ 1,2 trilhão, de US\$ 538 bilhões em 2024.

Sem o respaldo do dólar como moeda forte, o poder militar do imperialismo perde grande parte da sua capacidade de atuação. Trump sabe os custos econômicos, sociais e políticos da guerra para os Estados Unidos e quer evitá-los: as intervenções no Iraque e Afeganistão custaram US\$ 8 trilhões, a vida de 7 mil soldados e de 8 mil contratistas, sem mencionar os 30 mil veteranos de guerra que se suicidaram. Sua estratégia é contorná-los, construindo um império coercitivo global baseado na extorsão e em ações de demonstração capazes de promover o medo e garantir conquistas sem maior resistência. Essa estratégia, todavia, está ancorada em uma grande dose de blefe, terá problemas para se sustentar se houver conflito prolongado e traz consequências de difícil controle a médio prazo: acentua a insegurança mundial, deteriora o poder financeiro dos Estados Unidos, agrava o desgaste interno e internacional, acelera o caos sistêmico e a organização da resistência mundial.

** É professor associado do Irid e do quadro permanente do Pepi, coordenador do LEHC/UFRJ, editor da Reorient e pesquisador do Clacso.*

O caos da era Trump e a crise do poder americano

Carlos Aguiar de Medeiros*
Esther Majerowicz**

■ Com o fim da URSS, os EUA passaram a exercer seu poder imperial sem contestação. Embora a Rússia tenha preservado seu enorme poderio militar, ela viu ruírem outras dimensões essenciais do seu poder nacional, como uma estrutura industrial integrada e tecnologia não-militar avançada. O principal acontecimento econômico e geopolítico mundial do século XXI – como se pode depreender da reação econômica e política dos EUA – é a ascensão chinesa ao status de superpotência (produtiva, comercial e tecnológica). Os demais países industrializados, como os da União Europeia, formada sob a ordem liberal construída pelos EUA, assistem, divididos e passivamente, à sua perda de relevância não apenas geopolítica, mas também produtiva e tecnológica.

A despeito da incursão militar na Ucrânia, a Rússia é uma potência regional. Os EUA e a China são as duas únicas superpotências (formando um G2), que polarizam atualmente o sistema internacional. Esta polarização diferencia-se inteiramente da disputa estadunidense com a URSS, centrada na Guerra Fria e na ideologia. Os campos de batalha são o mercado capitalista e a tecnologia: abrangem as estruturas de mercado, as regras e o funcionamento das relações econômicas entre as nações.

A crise do poder americano

A noção de crise abrange diversos planos: econômicos, políticos e sociais. Embora nosso objetivo nesta nota seja discutir a dimensão econômica, são necessários breves comentários sobre outros aspectos da crise americana. A despeito da redução da desigualdade salarial e do desemprego no governo Biden, os EUA vêm passando por

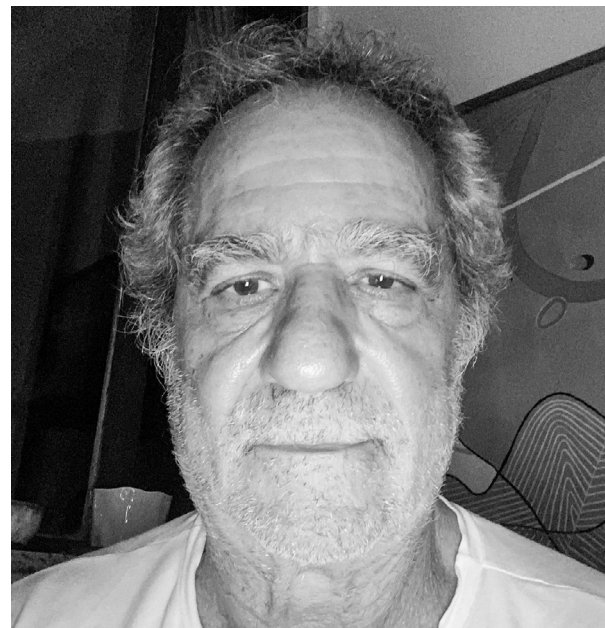
décadas de acirramento das contradições sociais, de declínio de emprego de qualidade e de aumento da desigualdade de renda. Para uma vasta parcela da população, a ascensão social foi interrompida. Os EUA vivem uma crise no seu sistema de saúde, com a morte precoce, sobretudo de homens brancos de meia-idade, por drogas (opíáceos) e por alcoolismo (*“death of despair”*, como Case e Deaton, 2020, referiram-se). O forte crescimento do chauvinismo nacional sob Trump é resultado disso.

No plano político-institucional doméstico, pode-se observar uma crise republicana, gerada pela progressiva degradação do Partido Republicano e pelo governo Trump (a versão talvez mais despudorada de um “capitalismo de compadrio”), formado em grande parte por bilionários oportunistas e por quadros inexperientes, sem capacidade organizacional. Constitui-se uma crise de legitimidade do Estado e de suas capacidades tecno-burocráticas. Essa última também se associa ao anti-intelectualismo distintivo do governo Trump – e crescente no seio do Partido Republicano –, afetando universidades, agências de pesquisa estatais e o sistema nacional de inovação americano, que sustentaram a superioridade tecnológica do país no pós-guerra.

No plano externo, observa-se o “caos da era Trump”, decorrente da ruptura de alguns pilares centrais da hegemonia americana. Até então, o Estado imperial americano, que atingiu o seu clímax nos anos 1990, assentava-se, por um lado, na projeção internacional do seu poder militar em escala global e de seu Estado e de suas instituições jurídicas e políticas liberais; por outro, na rede de alianças internacionais baseadas no comércio, nos investimentos e na delegação das questões de segurança aos EUA. Este Estado imperial distingue-se fortemente de um Es-



Esther Majerowicz



Carlos Aguiar de Medeiros



tado nacionalista e chauvinista, segundo a ideologia MAGA, e de um Estado exclusivista do *America First*.

O poder estrutural e a disputa sino-americana

Susan Strange (1988) observou que o que denominou de poder estrutural depende de quatro capacidades articuladas: militar, produtiva, financeira e de conhecimento (tecnologia). No plano militar, os EUA são a única nação capaz de projetar seu poder em todo o planeta, com 750 bases militares em 80 países e 40% dos gastos militares globais. Em que pese os EUA possuírem a maior parcela do PIB global em dólares correntes (26% vis-à-vis 17% da China em 2024; World Bank), em capacidade produtiva industrial, mensurada pelo valor adicionado na indústria manufatureira global, a China supera os EUA (30% vis-à-vis 17% em 2022; TiVA). Na capacitação tecnológica, os EUA exercem a liderança, mas a China vem encostando em di-

versos nichos e, em algumas tecnologias, assumindo a liderança. No plano monetário-financeiro, a despeito da redução ocorrida nos últimos anos, o dólar permanece como a principal moeda que denomina: as principais reservas internacionais (60%); a dívida externa dos países (> 60%); os empréstimos externos (> 50%); as operações interbancárias (50%); e a moeda central nas operações financeiras (> 60% das operações cambiais) (IMF 2025).

O poder nacional e as empresas transnacionais

O poder nacional e o das empresas transnacionais não necessariamente se confundem. Com a internacionalização dos capitais nacionais, afirma-se um eventual conflito entre os capitalismos nacionais e os capitais nacionais, especialmente, mas não exclusivamente, em economias que não emitem moeda conversível. Com o grande deslocamento dos capitais americanos para a China desde o ingresso desta na OMC, as firmas transnacio-

nais americanas ampliaram sua lucratividade e seu poder no mercado mundial. As empresas americanas obtiveram, nas últimas décadas, e ainda têm, a maior participação global (139 firmas em 2024) entre as 500 maiores da lista da Fortune. As empresas chinesas obtiveram a segunda colocação com 128, mas essencialmente concentradas em finanças, energia e materiais. Nas tecnologias da informação e comunicação, as firmas americanas têm uma participação muito superior (por exemplo, Amazon, Microsoft, Nvidia, Alphabet, Apple, Meta, AT&T).

A globalização foi um excelente negócio para as grandes empre-

sas americanas, mas o deslocamento gerou um importante processo de desindustrialização do emprego, politicamente explorado, como elemento retórico, tanto pelo Partido Democrata quanto pelo Partido Republicano. A política protecionista americana atual visa exatamente a reduzir as tensões entre os capitais das multinacionais de origem norte-americana e o poder do Estado americano, mobilizando para tal os anseios da classe trabalhadora do país (*'left-behind'*) e a percepção de que empregos industriais ainda são necessariamente bons empregos.

Até o início do milênio, a relação comercial entre os EUA e a China era de complementaridade – exportação de bens industriais de baixo conteúdo tecnológico (têxteis, vestuário), bens intermediários e bens de consumo com tecnologia e marcas estrangeiras, e importações de bens de maior complexidade tecnológica. Parte substancial do valor das exportações chinesas era apropriada por firmas america-

nas localizadas nas Zonas Econômicas Especiais, tanto na forma de lucros quanto de rendas provenientes de marcas, patentes e demais ativos intangíveis (Medeiros e Trebat, 2024). Houve uma extraordinária expansão das cadeias de valor centradas nas grandes empresas transnacionais. Com baixos impostos sobre as rendas financeiras, a realocação da produção manufatureira foi um fator importante para o declínio do emprego industrial e do poder de barganha dos assalariados. A hiperglobalização interessava às corporações globais, especialmente as dos EUA.

Mas a complementaridade foi diminuindo e, em muitas áreas, começou a se afirmar uma relação de rivalidade comercial e tecnológica com o esforço chinês de endogenização da tecnologia (e.g. *Made in China* 2025), transferência compulsória de tecnologia e aquisição de firmas de alta tecnologia no exterior. As grandes corporações americanas passaram a apoiar uma política protecionista. Após a crise financeira global, recrudescer o neomercantilismo – uma estratégia visando a aumentar a riqueza e o poder do Estado nacional – do nacionalismo (de direita), gerando amplas fraturas na globalização. Com a automação, a digitalização, a inteligência artificial e sua difusão em todas as áreas, os EUA e a China vêm assumindo a liderança, enquanto os demais países, inclusive Alemanha e Japão, que realizaram um espetacular *catch-up* tecnológico durante a segunda metade do século XX, vêm ficando para trás.

As empresas americanas capturam a maior parcela do mercado mundial nas atividades intensivas em tecnologia, mas, aos poucos, as firmas chinesas nas TIC, em segmentos do setor de bens de capital, em IA e em energias renováveis começam a se afirmar. Em algumas tecnologias críticas, a China está na liderança ou em situação equivalente à dos EUA (por exemplo, baterias elétricas, painéis solares, veículos elétricos, infraestrutura de telecomunicações). Ela também está muito próxima dos EUA em computação quântica e *Big Pharma*, enquanto vem aumentando rapidamente suas capacidades em semicondutores e ar-

mamentos. Uma evidência da centralização das inovações nestas duas economias é a presença de *Big Techs*, a maioria das quais está nos EUA (Amazon, Apple, Google, Meta, Microsoft) e na China (Alibaba, Baidu, Huawei e Tencent). Os *data centers*, base essencial da IA, têm seus maiores mercados nacionais, primeiro e segundo, nos EUA e na China, respectivamente.

O desafio chinês ao poder econômico americano

Enquanto a ação estratégica chinesa está centrada na política industrial, a estratégia de enfrentamento dos EUA à China tem oscilado. Com Obama (2009-2017), baseava-se em acordos multilaterais de comércio e de investimento com parceiros asiáticos. Sob o governo Trump 1, houve uma mudança tática, com um agressivo protecionismo. Enquanto o governo Biden implementou sanções às tecnologias duais, também destinou mais recursos ao sistema de inovação, à produção doméstica de semicondutores e ao estímulo às tecnologias verdes. Com o governo Trump 2, o foco volta a recair no protecionismo e nas sanções tecnológicas contra a China.

Como resultado das restrições comerciais americanas, a participação da China nas importações do país caiu de 21% em 2017 para 13% em 2024 (Alfaro e Chor 2026), ainda que o destino final de um montante substancial das exportações chinesas siga para os EUA por meio de reexportações. Em certas áreas, a China domina a produção e o acesso de metais estratégicos, como as terras raras usadas em todos os dispositivos eletrônicos, e também exerce quase um monopólio sobre o refino. Diante do controle e das sanções chinesas de terras raras, os EUA, sob Trump, foram forçados a reduzir as tarifas extraordinárias impostas à China.

As armas econômicas americanas incluem não apenas a tecnologia, mas também o domínio sobre a moeda internacional, a “bomba dólar” (Torres, 2019), que segue sendo a moeda operada internacionalmente pelos bancos chineses. Esta circunstância, entretanto, se bate com o fato de que, além das relações com a China se-

rem centrais para a economia americana, a China é um parceiro comercial maior do que os EUA para bem mais da metade do mundo e é um grande investidor internacional. A China vem construindo novas redes comerciais e de investimentos centradas em infraestrutura e equipamentos digitais. As exportações totais chinesas aumentaram sob o protecionismo americano atual, voltadas para outros mercados.

Atualmente, o poder econômico americano encontra-se num momento crítico. A questão central é se o Estado americano reúne poder suficiente para: (1) Induzir, por meio de políticas comerciais, monetárias e industriais, investimentos tanto na velha indústria quanto em tecnologias críticas para manter a liderança tecnológica; (2) Bloquear o acesso comercial a estas, especialmente as de duplo uso para a China (como semicondutores); (3) Exercer um maior controle sobre seus insumos e mercados externos; (4) Conter, por meios econômicos ou políticos, os investimentos chineses em áreas tecnologicamente sensíveis (tecnologia e insumos estratégicos); (5) Exercer pressões econômicas, tecnológicas, monetárias ou políticas sobre os aliados e grandes parceiros comerciais da China.

* É professor emérito do IE-UFRJ.

** É professora adjunta da Faculdade de Economia da Ufba.

Referências

- Alfaro, L. e D. Chor (2026). An update on the great reallocation in US supply chain trade. *VoxEU*, CEPR, 22 Jan.
- Case, A., and A. Deaton. *Deaths of Despair and the Future of Capitalism*. Princeton University Press, 2020.
- IMF. *External Sector Report 2025*.
- Medeiros, C. A., & Trebat, N. M. (2024). From Complementarity to Rivalry: The Political Economy of United States-China Relations. *Journal of Economic Issues*, 58(2), 525–532.
- Strange, S. (1988). *States and Markets* (2nd Edition). Londres: Pinter.
- Torres, E. T. (2019). *A bomba dólar: paz, moeda e coerção*. IE-UFRJ Discussion Paper, TD 026 - 2019.



Hegemonia burguesa em tempos de Trump

Flávio Miranda*

■ “*America is Back!*” estampa, em letras garrafais, um boné pousado sobre a mesa, enquanto Trump assina a lei de financiamento que põe fim ao segundo *shutdown* em pouco mais de um ano de mandato. A afirmação exclamativa não apenas condiz com a maneira ofensiva como tem se comunicado a Casa Branca, como com sua política externa.

Ao contrário de certos analistas, acreditamos que os estarrecedores acontecimentos do último ano indicam um projeto. Este corresponde tanto a um movimento pela transformação radical na forma como os EUA exercem seu poder imperial, como um esforço por reestruturar as condições gerais para acumulação de capital, impulsionando taxas de lucro e abrindo novas possibilidades para extração de mais-valor. Algo que só pode efetivar-se com apoio de parcela significativa da burguesia multinacional daquele país.

Buscamos, portanto, alguma inteligibilidade por trás da avalanche de notícias que daquele país desabam sobre o resto do mundo. Articular esta coleção aparentemente caótica de fatos sobre o pano de fundo das determinações gerais do capitalismo contemporâneo parece-nos fundamental. Sumariamente, o capitalismo contemporâneo se constituiu, entre outras coisas, em uma rearticulação das condições gerais para produção e apropriação do mais-valor que tem na lógica do capital fictício um propulsor fundamental. Algo que emergiu como uma espécie de “resposta histórica” aos impasses evidenciados pela crise do capitalismo dos anos 1970.

Dado o caráter autocontraditório do capital, uma nova etapa do capitalismo carrega o germe de seu futuro esgotamento, em uma nova crise sistêmica. Crises deste tipo indicam a necessidade de reorga-

nização nas condições econômico-políticas gerais, em todos os níveis. O ano de 2008 representou a abertura da crise do capitalismo contemporâneo, que desde então passou por momentos de recrudescimento e de alívio que, contudo, não corresponderam a uma retomada minimamente sustentada propriamente dita.

O colossal descompasso entre necessidade de apropriação de mais-valor vis-à-vis condições para sua produção implica, necessariamente, o aprofundamento das tendências destrutivas do capital. Isso significa tanto a necessidade do aumento da exploração da força de trabalho, quanto transformações nas condições gerais da concorrência intercapitalista, em âmbitos nacionais e em escala internacional.

Advertimos que tais determinações são pensadas a partir de uma pesquisa que olha para trás. Isto é, busca no passado as condições do presente. Segundo Lukács, em sua *Estética*, à diferença do “método das definições”, o “método das determinações” corresponde à compreensão da História como um processo aberto. Isso significa, ademais, que não se pode de maneira alguma antecipar resultados de processos em curso.

O acirramento das disputas imperialistas se apresenta exatamente na forma como o governo Trump busca reposicionar o país, solapando a institucionalidade posta desde o pós-guerra. Mesmo o sistema monetário internacional, na forma estabelecida pela reorganização do capitalismo, sob a hegemonia estadunidense, dos 1970 em diante, foi alvo de ataques ferozes contra um de seus pilares, a chamada “independência do Banco Central”.

Tudo isso sob um militarismo furioso que, conforme a *Estratégia de Defesa Nacional*, “busca a paz pela força”, reservando-se o direito à execução de ações militares no “hemisfério ocidental”. É especialmente impor-



tante, segundo o documento, o esforço pela “prevenção de que adversários dos EUA exerçam controle ou influência indevida sobre terrenos-chaves, especialmente Groenlândia, Golfo da América (sic) e Canal do Panamá”.

O texto anuncia ainda o aumento da presença militar no “Indo-Pacífico”, de forma a deter a China “pela força, não pela confrontação”. Isto é, a paz na região dependeria do reconhecimento amplo de que os EUA são “capazes de conduzir ataques devastadores e operações contra alvos em qualquer lugar do mundo”. A “paz pela força”, segundo o documento, garante que “o presidente Trump sempre negocie a partir de uma posição forte”. Ademais, a Europa, através da Otan, deve assumir responsabilidade pelas ameaças à própria segurança, leia-se Rússia.

Encaixa-se perfeitamente em tais práticas e retóricas belicosas o anúncio feito por Howard Lutnick, Secretário de Comércio, de que a delegação estadunidense se encaminhava ao Fórum de Davos para afirmar que o “capitalismo tem um novo xerife”. O tom sempre grosseiro de toda a comitiva causou desconforto em lideranças europeias, mas como teria sido recebido pelas frações dominantes do capital multinacional?

Ao início do mandato, bastava observar as fotos da posse de Trump para saber da adesão das poderosas *Big Techs*. No entanto, a profunda reorganização estratégica em curso, com tarifas e confrontos abertos com Wall Street, parecia indicar que setores tradicionais, e historicamente dominantes, da burguesia multinacional estadunidense não adeririam ao projeto.

Acreditamos, contudo, que certas evidências apontam para a acomodação de uma ampla gama de setores da classe dominante dos EUA à nova ordem trumpista, de modo que Lutnick teria razão ao afirmar que “[I]nvestidores globais entendem que o capitalismo e o sucesso de cada um deles está protegido quando a América está forte e o mundo respeita nossa capacidade militar”.

Para começar a vislumbrar essa trégua com o capital, voltemo-nos para o “plano de paz” para a Ucrânia. A equipe de negociadores de Trump é composta por três pessoas, dois dos quais do setor imobiliário: Jared

Kushner, genro do presidente; e Steve Witkoff, seu amigo pessoal. A trinca é fechada por Larry Fink, cofundador e principal dirigente da Black Rock (BR), a maior gestora de ativos do mundo. Segundo o *New York Times*, em dezembro do ano passado a sede da BR sediou uma reunião com representantes ucranianos na qual foi costurado um plano de US\$ 800 bilhões para a reconstrução daquele país.

Tal proposta abre um embate direto com europeus, que planejavam atuar na maior parte desses empreendimentos. Ademais, caberia à Europa o financiamento do plano, com recursos geridos pela BR e direcionados a empresas estadunidenses (incluindo sócios multinacionais). Parte do montante viria dos US\$ 250 bilhões em ativos russos congelados na Europa, o que já conta com a anuência de Vladimir Putin, em troca da região de Donbas. Pretende-se ainda arrecadar fundos de “bancos de desenvolvimento europeus”, sem qualquer menção à utilização de recursos próprios da BR.

A canalização de fundos europeus para parcelas do capital próximas ao projeto trumpista representa duríssima humilhação. Talvez isto explique o porquê de tanto barulho para aumentar presença militar na Groenlândia e conseguir acordos favoráveis para exploração mineral na ilha, objetivos que poderiam ter sido alcançados em negociações mais razoáveis com a Dinamarca. Da mesma forma, a pressão geral sobre a defesa europeia parece constituir alavanca para que Trump se alce, como sempre pretende, a uma posição de força nas negociações.

A ampliação da extração de mais-valor também se dá em escala nacional, como evidenciam os recentes resultados econômicos tão alardeados por Trump. O crescimento de 4,4% do PIB do país no terceiro trimestre tem por pano de fundo reduções de impostos para os super ricos, retirada de restrições a monopólios, gastos militares recordes e medidas que inflam a bolha financeira da inteligência artificial. Ao mesmo tempo, a parcela dos salários na renda dos EUA situa-se no patamar mais baixo da história. Com inflação para consumidores persistentemente acima da meta, endividamento crescente, cortes na saúde e em subsídios alimentares,

não espanta que pesquisas apontem desaprovação da agenda econômica do governo em 58%, além de quedas sistemáticas no índice de confiança dos consumidores.

A feroz abertura de campo para acumulação de capital teve efeito positivo na lucratividade de certos setores, como tecnologia, energia e finanças. Segundo Michael Roberts: “As margens de lucro corporativas (lucro por unidade produzida) permanecem próximas de seus máximos históricos, em 22,4%. Além disso, os lucros corporativos no terceiro trimestre de 2025 aumentaram acentuadamente em US\$ 166 bilhões, após uma queda no primeiro semestre”.

As multinacionais da mineração tampouco têm do que reclamar. Além da exploração de terras raras na Ucrânia e Groenlândia, está sendo construído um acordo para a exploração das reservas brasileiras. Reuniões de alto nível com representantes das mineradoras que operam no país, a embaixada dos EUA, o Departamento de Comércio e Geraldo Alckmin têm sido noticiadas. O aumento de quase meio trilhão de dólares no valor acionário das cinquenta maiores mineradoras do mundo não deixa dúvidas quanto às perspectivas para o ramo.

Desta forma, o projeto trumpista tem sido uma aposta lucrativa para diferentes setores burgueses. Com seu avanço, mais oportunidades surgem, garantindo adesão crescente na classe dominante. Assim, a despeito do processo movido por Trump contra o JP Morgan, o banco não titubeia em alinhar-se ao Bank of America, Goldman Sachs e Morgan Stanley no que será possivelmente a maior IPO da história, com a SpaceX, de Elon Musk. Cruciais para o envolvimento desses bancos, segundo o *Financial Times*, são os laços de Musk com Trump, que devem “aumentar suas vantagens sobre rivais da SpaceX”.

A propósito, mesmo os ataques ao Fed, com a demanda incessante pela redução dos juros, parecem se encaminhar para uma solução. A indicação de Kevin Warsh, que atuou diretamente no socorro de grandes bancos na crise de 2008, foi muito bem recebida pelos investidores, que já antecipam mudança gradual na atuação da autoridade monetária, conforme o mesmo *Financial Times*.



Em suma, não se pretende aqui apresentar um inventário exaustivo dos benefícios que parcelas do grande capital têm obtido com a administração Trump. O que importa notar é que o governo tem sido bem-sucedido em reunir em torno de si apoiadores decisivos.

É evidente, contudo, que Trump e o “bloco no poder” que o acompanha não atuam no vazio. Desde Davos e a questão da Groenlândia, o ultraje europeu tomou a forma do que a imprensa internacional nomeou como revolta das “potências médias”. Para além do alardeado discurso de Mark Carney, primeiro-ministro do Canadá, a União Europeia firmou acordos com Índia e Mercosul, assim como a Grã-Bretanha, o Canadá e a Coreia do Sul têm se aproximado da China.

No entanto, na medida em que as “potências médias” possuem laços econômicos e militares muito fortes com os EUA, é bastante improvável que tais atos possam corresponder à formação de um efetivo bloco de oposição ao projeto trumpista. Do ponto de vista militar, a construção de capacidade bélica independente dos EUA levaria muito tempo e custaria, segundo o Institute for Strategic Studies, cerca de 1 trilhão de dólares.

Do ponto de vista econômico, a tática de desprezar as regras do multilateralismo tem

sido bem-sucedida em chamar os países para negociar bilateralmente. Nessas condições, a outra parte se vê diante da seguinte disjuntiva: partir para o confronto com uma potência muito mais forte; ou articular acordos setoriais e diminuir as desvantagens econômicas da guerra tarifária.

Aliás, o uso de títulos do Tesouro (*Treasuries*) como reserva internacional ampliou-se em 7,2% de novembro de 2024 a novembro de 2025, sobretudo devido às compras das “potências médias”, mais do que compensando os movimentos contrários dos Brics. No mesmo período, China, Brasil e Índia desfizeram-se de quase US\$ 195 bilhões em *Treasuries*. Contudo, a despeito da divulgação de discurso em que Xi Jinping anuncia o projeto de que o renminbi se converta em moeda de reserva internacional, é muito distante a possibilidade de que possa ser edificado um mercado financeiro capaz de rivalizar com o eixo Wall Street/City.

Há muitos anos é absolutamente notável a expansão capitalista na China. No entanto, a perspectiva de sua ascensão à condição de potência capaz de postular a liderança de uma nova ordem mundial se apoia na suposição irreal de que o capitalismo chinês se desenvolve à margem das condições gerais do capitalismo, por exemplo, como se

não dependesse da expansão do capital fictício para sustentar a demanda mundial por seus produtos. A velha crença reformista na capacidade de controlar o capitalismo por meio do “planejamento”.

Nesse sentido, se a China alcançou a meta de crescimento em 2025 (5%), não escapa à atenção o fato de que a maior parte deste (mais de 30%) se deve ao superávit comercial recorde (aproximadamente US\$ 1,2 trilhões), com expansão da demanda interna a 3,6% e queda no investimento privado (de 6,5%). O país, portanto, segue lutando para transferir de maneira mais significativa o motor de sua economia para a demanda interna, com indicativos de espiral deflacionária e lucratividade cadente em diversos setores.

Como se não bastasse, a China passa por uma crise na cúpula do exército. O afastamento e investigação de generais acusados de corrupção e de entregarem informações sobre o programa nuclear chinês aos EUA golpeia a capacidade de oferecer respostas militares em um momento delicado. Como se sabe, Trump anunciou recentemente um acordo militar de US\$ 11 bilhões com Taiwan, como esforço para contenção da China.

Em suma, ao contrário do muitos defendem, Trump não age a esmo. Seu governo dirige um projeto de restauração capitalista que tem conquistado crescente apoio na alta burguesia internacionalizada. Não é de maneira nenhuma possível antecipar o sucesso (ou insucesso) do seu projeto, se será capaz de superar a crise do capitalismo contemporâneo, nem mesmo afirmar se declina (ou não) o império estadunidense.

Há, contudo, uma certeza: se as condições anteriores já se apresentavam como regressivas, o novo mundo de Trump figura-se ainda mais sombrio. Não existe alinhamento possível com “potências médias”, possibilidade de conciliação contra um mal maior, nem mesmo um “projeto hegemônico” alternativo viável no curto ou médio prazos (“no longo prazo estaremos todos mortos”, uma frase que faz cada vez mais sentido). A única resposta possível é popular e anti-imperialista.

* É professor do IE/UFRI.

O sequestro, a serpente e a fumaça: estertores da hegemonia

Daniel Negreiros Conceição*

Gustavo Souto de Noronha**

■ Em um gesto sem precedentes na história recente, os Estados Unidos sequestraram Nicolás Maduro, presidente da Venezuela, em uma operação de força nua e crua. Esse ato sinaliza que a hegemonia outrora exercida via consenso ruiu, dando lugar à coerção aberta. Antonio Gramsci já descrevera esse fenômeno há quase um século: quando a classe dominante perde o consenso e deixa de dirigir ideologicamente, resta-lhe apenas o domínio pela força coercitiva. O sequestro de um chefe de Estado soberano evidencia essa transição gramsciana do consenso para a violência: é o império em declínio incendiando as normas internacionais tal qual Nero incendiou Roma, uma combustão de desespero que já não pretende reordenar o mundo, apenas chamar atenção para sua queda. A antiga legitimidade vira cinzas, iluminando grotescamente a noite da crise de hegemonia.

Essa passagem do consenso à coerção não é apenas simbólica ou moral; ela tem raízes profundamente materiais. A hegemonia norte-americana, que durante décadas se sustentou na capacidade de organizar fluxos comerciais, financeiros e produtivos globais, encontra-se hoje incapaz de reproduzir essa liderança por meios econômicos estáveis. A financeirização extrema, a desindustrialização relativa e a crescente dependência de instrumen-

tos monetários e jurídicos como armas geopolíticas corroeram a base material do consenso. Quando o centro já não consegue oferecer prosperidade compartilhada, acesso privilegiado a mercados ou estabilidade sistêmica, resta-lhe converter o próprio direito em instrumento de coerção. O sequestro de um chefe de Estado não aparece, assim, como desvio, mas como sintoma: é a violência nua emergindo quando o capital político e econômico se esgota.

A violenta abdução de Maduro também se reveste de um simbolismo faustiano. Tal qual Mefistófeles percebendo a alma de Fausto escapar-lhe, o poder imperial enfurece-se em seu fracasso de assegurar a submissão voluntária de outros povos. Na fúria do demônio derrotado, entrevê-se o esvaziamento da razão instrumental diagnosticado por pensadores como Adorno e Horkheimer. Durante décadas, a dominação hegemônica foi justificada por uma racionalidade instrumental – “liberdade”, “mercado”, “democracia” – que persuadia aliados e vassalos. Agora, reduzida a uma casca vazia, essa razão iluminista converte-se em barbárie irracional: a violência torna-se fim em si mesma, sintoma de um Logos em colapso. Adorno observou que a dominação violenta da natureza, quando internalizada, acaba por facilitar o uso da força na vida social, encorajando o recurso à violência contra outros seres humanos. Aqui, a razão instrumental degenerada revela seu âmago sombrio: incapaz de obter consentimento pela persuasão, o



Daniel Negreiros Conceição



Gustavo Souto de Noronha



poder recorre a meios brutais – um chique mefistofélico que expõe o vazio moral sob o discurso civilizatório. Walter Benjamin chamaria isso de violência mítica – uma violência que conserva a ordem jurídica existente de forma fatalista, quase cega como o destino. O sequestro, como violência fundadora e conservadora da “lei” imperial, mostra-se ameaçador como a fatalidade, mas também desnuda a falta de legitimidade intrínseca dessa ordem. É o diabólico ataque de fúria de quem já não convence, apenas aterroriza. A performance grotesca do poder aqui é menos cálculo e mais colapso. Como discuti em outro trabalho, a racionalidade econômica dominante já não articula desenvolvimento com legitimidade: converte-se em técnica de imposição, desprovida de horizonte – violência sem projeto.

O gesto não representa a suspensão excepcional da ordem jurídica internacional, mas a sua revelação definitiva. O que se rompe não é a norma, e sim a ilusão de universalidade que a revestia. O direito internacional, há muito, opera como um idioma assimétrico: vinculante para os fracos, ornamental para os fortes. Quando a hegemonia declina, essa assimetria deixa de ser disfarçada pela retórica liberal e assume sua forma explícita. A violência deixa de se justificar como exceção trágica e passa a funcionar como método recorrente de preservação de uma ordem que já não se sustenta por legitimidade. É nesse sentido que a violência mítica, descrita por Benjamin, reaparece: não como fundação de um novo direito, mas como a conservação desesperada de uma legalidade vazia de justiça.

O sequestro de Maduro revela um culto em fratura: o altar do mercado exige sacrifícios cada vez mais explícitos quando sua fé se dissolve nas ruínas do contrato social. Assim como antigos cultos realizavam sacrifícios extremos para aplacar um ídolo diante de catástrofes, Washington entrega na fogueira da violência a própria le-

galidade internacional e os princípios democráticos que outrora pregava. É um sacrifício supremo e derradeiro ao deus falso do excepcionalismo. Os paralelos com mitologias saltam aos olhos: imagina-se uma sacerdotisa imperial, de olhar transtornado, oferecendo a última vítima no altar de um Moloch moderno – um deus falso sedento de poder que exige cada vez mais tributos de sangue quanto mais enfraquecido se encontra. A história das religiões está repleta de deuses que, em seus estertores, reclamam atos extremos de devoção de seus fiéis antes de caírem do pedestal. Aqui, o “deus” em questão é a crença na supremacia incontestável dos EUA, um mito que reinou no pós-Guerra Fria. O custo sacrificial – sequestrar um líder estrangeiro, violar soberanias, fomentar o caos – revela a verdade crua: esse deus civilizatório está agonizando, e seus servos já não medem consequências em sua devoção fanática. Na penumbra cavernosa dessa cena, semelhante a um ritual antigo onde uma estátua oca recebe oferendas fatais, consuma-se a *vanitas* do poder: tal qual nas naturezas-mortas barrocas com velas apagadas e caveiras, o que resta é a certeza da transitoriedade até dos impérios mais arrogantes. O sequestro de Maduro inscreve-se, pois, como último sacrifício geopolítico desse culto – um ato desesperado para adiar o inevitável crepúsculo da divindade imperial. A austeridade, pilar ideológico do projeto neoliberal, é agora defendida pela força: seus efeitos são antidemocráticos, mas sua manutenção depende de estruturas jurídicas e militares que neutralizam qualquer alternativa redistributiva. Esse sequestro é, nesse sentido, uma reencenação global daquilo que no Sul se impõe como regra: o uso da exceção para preservar a ordem do rentismo.

Há um ditado popular, com ecos em cosmologias indígenas e africanas, que adverte: “Cuidado com a cobra mesmo

depois de morta.” Nas mitologias de diversos povos, a serpente frequentemente representa as forças do mal ou do caos que, ao serem derrotadas, desferem um último bote traiçoeiro. No candomblé e em lendas afro-brasileiras, por exemplo, conta-se que Exu, ao ser contrariado, pode armar situações caóticas finais – não por vitória, mas por malícia derradeira, antes de ser apaziguado. Entre alguns povos amazônicos, menciona-se o espírito da grande serpente que, ao ter seu corpo esmagado pelo herói, vibra a cauda e lança um veneno final sobre a terra, marcando-a simbolicamente. Esse sequestro equivale a esse bote da serpente moribunda: a potência hegemônica já sente o peso de sua derrocada (esmagada pelo próprio fardo de contradições e resistências globais), mas ainda assim é capaz de morder o calcanhar do adversário. A imagem evoca também o mito judaico-cristão do Gênesis – a serpente ferindo o calcanhar enquanto tem a cabeça esmagada. Em termos políticos, a “serpente” do imperialismo agonizante tenta infligir o máximo de dor e caos ao hemisfério sul mesmo enquanto sua cabeça (a autoridade moral e econômica) é triturada pela emergência de uma multipolaridade irreversível. Vemos, pois, um gesto simbólico final de poder que ressoa com as cosmovisões de povos subalternos: o império é o animal ferido que ainda golpeia. Porém, esse bote derradeiro não altera seu destino – antes, confirma a profecia de sua queda. Os povos indígenas e africanos, em suas histórias, frequentemente preparam antídotos e defesas contra o veneno final, sabendo que após a fúria terminal virá a cura e a renovação. Da mesma forma, a América Latina e outras regiões alvo desse golpe já vinham se imunizando com solidariedade sul-sul, resilientes ao veneno imperial. O dente cravado é real e dói – desestabiliza, traz luto, tensão diplomática – mas é o último ato do ofensor. A serpente esmagada contorce-se pela última vez,



Nicolás Maduro

antes de sucumbir. Como no colapso de outras formações imperiais, o veneno derradeiro é liberado não por estratégia, mas por espasmo. A desestabilização política regional, a promoção do caos institucional e a criminalização da resistência são tentativas de manter a instabilidade como forma de mando.

A chama da hegemonia unipolar norte-americana, que por décadas ardeu forte iluminando (e queimando) o mundo, foi subitamente soprada por este ato de força bruta. Há algo de profundamente *vanitas* nessa imagem: tal qual nos quadros em que uma vela extinta representa a morte e a efemeridade do poder, o sequestro de Maduro apaga simbolicamente a alegada luz moral do Ocidente. A escuridão que segue é carregada de ansiedade. Por um instante, reinam a incerteza e o medo do vácuo. No entanto, da espiral de fumaça que sobe desse pavio apagado, podemos extrair uma releitura à luz da antropofagia de Oswald de Andrade. Aqui, uma antropofagia política se manifesta como reação à violência simbólica do centro: ao sequestrar Maduro, Washington pretendia aterrorizar e subjugar; mas os povos la-

tino-americanos podem assimilar e ressignificar esse ato em sua própria cosmologia de resistência. Em vez de apenas vítimas, nos tornamos os “canibais” culturais que engolem o significado desse sequestro e o convertem em combustível para a luta anti-hegemônica. Reapropriamos os signos do centro (seus decretos de exceção, suas narrativas de civilidade, seus tribunais de justiça seletiva) e os devoramos com a fome cerimonial de quem transforma sentença em rito. Na chave antropofágica, a digestão da violência do outro não é assimilação servil: é reinvenção ritual. O gesto imperial de dominação se transmuta em insígnia de sua derrota. O sequestro, em nossa narrativa, deixa de ser prova da onipotência imperial e passa a ser evidência de sua decadência desesperada. Devoramos essa violência, digerimos seu significado e o devolvemos ao mundo como arte, pensamento crítico e mobilização popular contra a opressão. Tal como o movimento antropofágico buscou “transformar em algo originalmente nosso” tudo que vinha de fora, aqui a América Latina transforma a dor em consciência, a indignação em união. É a velha dialética do oprimido que engole o opressor simbolicamente para neutralizá-lo.

Importa sublinhar que Nicolás Maduro, enquanto indivíduo, é quase contingente nessa análise. Poderia ser outro líder, outro país, outro corpo político. O gesto não se dirige a uma pessoa específica, mas a uma função simbólica: a de afirmar que nenhuma soberania periférica é plenamente legítima quando contraria os interesses do centro. O sequestro não é uma mensagem sobre Maduro; é uma mensagem sobre o mundo. Trata-se da tentativa de reinscrever, pela força, uma hierarquia que já não se sustenta nem econômica, nem moralmente.

O colapso da hegemonia, contudo, não garante automaticamente um mundo mais justo. Ele apenas reabre

a disputa histórica pelo sentido da ordem internacional. A multipolaridade que emerge desse interregno é instável, contraditória e atravessada por riscos reais. A queda do velho deus não produz, por si só, um novo *ethos*; ela apenas dissolve a ficção de que havia um centro naturalmente autorizado a governar o destino comum. O futuro que se abre é mais incerto, mas também mais honesto quanto à necessidade de construção política, solidariedade concreta e imaginação institucional por parte dos povos subalternizados.

Em última instância, o sequestro de Nicolás Maduro pelos EUA inscreve-se na história como o epílogo trágico de uma era de hegemonia incontestada. Todas as metáforas convergem para um ponto: estamos assistindo aos estertores da hegemonia, os últimos espasmos de um poder em declínio que já não sabe persuadir – apenas punir. Seja no arcabouço teórico de Gramsci (a violência substituindo o consenso), seja na leitura sintomática de Benjamin e Adorno (a violência bárbara revelando a razão instrumental esgotada e a injustiça da lei mítica), ou nas imagens arquetípicas das mitologias globais (o tirano em fúria final, o monstro ferido, o deus falso caído), a mensagem é a mesma. A tocha do império oscila no escuro e sua luz já não projeta direção, apenas incendeia e cega. Se há ruído neste fim, que ele nos sirva como tambor – não de lamento, mas de convocação. Resta-nos caminhar na nova escuridão, guiados pela brasa de nossas próprias tradições e pela esperança de um novo amanhecer multipolar. E, como bons antropófagos, faremos dessa cinza e dessa fumaça um adubo para futuros rebeldes jardins – onde símbolos de opressão serão reciclados em flores de liberdade, e onde jamais esqueceremos que até o mais alto bramido dos impérios sucumbe, no fim, ao silêncio.

* É professor de Economia do Setor Público no Ippur/UFRJ.

** É economista do Incra.

Um ano do segundo mandato de Trump: transições globais e algumas lições da História

Debora Garcia Gaspar*

■ Uma sobreposição vertiginosa de eventos no cenário global deu início ao ano de 2026. O presidente Donald Trump completou seu primeiro ano deste segundo mandato; após um cerco naval, o governo norte-americano capturou Nicolás Maduro em Caracas e o levou aos Estados Unidos, violando a soberania venezuelana; uma crise diplomática se instaurou após Trump afirmar (e reiterar) que anexaria a Groenlândia; em Davos, no Fórum Econômico Mundial, a impressão é de que Trump sequestrou o evento com sua fala de mais de 70 minutos.

Não vivemos um momento auspicioso para o que se convencionou chamar de Ordem Internacional Liberal. Não à toa, o discurso mais comentado pela mídia em Davos foi o do primeiro-ministro canadense Mark Carney. Sua frase “Deixe-me ser direto. Estamos em meio a uma ruptura, não uma transição” tem sido repetida por diversos veículos de comunicação. Em outro trecho, chama atenção a sobriedade de Carney, quando afirma que o sistema baseado em regras, que se encontra em xeque, era sim uma ficção (imperfeita, altamente assimétrica, muitas vezes desrespeitada pelas grandes potências), mas uma ficção que garantia algum grau de previsibilidade em certos âmbitos das relações entre os países, especialmente entre os fundadores desta ordem, os países do Atlântico Norte. Para definir tal ordem em termos que coubessem em um discurso político, Carney se refere a um conceito importante na literatura acadêmica de Relações Internacionais, os “bens públicos”, que são pro-



vidos pelas principais potências, principalmente pela potência hegemônica. Carney menciona especificamente: rotas marítimas abertas, um sistema financeiro estável, segurança coletiva e mecanismos para a resolução de disputas.

Esse tipo de linguagem é associado à chamada Teoria da Estabilidade Hegemônica, que prevê desordem no sistema internacional quando tais bens públicos deixam de ser providos. Interessantemente, essa abordagem foi desenvolvida em outro período de tensões econômicas e geopolíticas internacionais, os anos 1970, de forma concomitante e sobreposta ao surgimento da subárea de Economia Política Internacional (EPI), como ramo das Relações Internacionais. Ainda, o estudo de caso mobilizado para o teste da teoria foi também um período de sérias turbulências internacionais: o entre-guerras (1919-1939).

Se hoje a relação entre os Estados Unidos e seus aliados europeus parece marcada por desconfiança, imprevisibilidade e um certo cansaço estratégico, vale lembrar que não é a primeira vez que o Atlântico Norte se vê atravessado por fissuras. Ainda que não na mesma escala, e com tamanhos respingos para o campo da segurança coletiva da região – como as tensões que Trump tem provocado –, os anos 1970 foram um período de fricções entre Estados Unidos e os aliados europeus. No início daquela década, a crise do sistema de Bretton Woods (1944-1973) teve seu ápice na inflexão decisiva da política externa e econômica norte-americana sob Richard Nixon. O “Choque de Nixon”, de agosto de 1971, com a suspensão unilateral da conversibilidade do dólar em ouro e a imposição de sobretaxas às importações, foi recebido pelos aliados europeus como um ato de nacionalismo econômico.

A medida não apenas desmontou um dos pilares centrais da ordem monetária do pós-guerra, como expôs uma mudança mais profunda na postura norte-americana: diante de pressões domésticas e externas, os Estados Unidos estavam dispostos a reescrever as regras do jogo sem consulta prévia, mesmo ao custo de tensionar alianças construídas ao longo de décadas. Esse movimento não significou uma retirada dos Estados Unidos da liderança internacional, mas uma transformação qualitativa dessa liderança. Em vez de sustentar consensos amplos e instituições robustas, Washington passou a operar de forma mais seletiva, recorrendo a fóruns restritos (G7), acordos *ad hoc* e, quando necessário, à coerção. Vale dizer que o desmonte da ordem monetária do pós-Se-

gunda Guerra, que abalou os pilares do multilateralismo do Atlântico Norte, deu-se no mesmo contexto de aproximação com a China e de negociações de desarmamento com a URSS (diplomacia Nixon/Kissinger). É quase impossível não ceder à tentação de comparar esse cenário com a discussão contemporânea sobre a visão de política externa deste segundo governo Trump, que, por vezes, aponta para um mundo mais multipolar, com as principais potências militares atuando prioritariamente sobre seus entornos, ou sobre suas “zonas de influência.”

Ainda em Davos, uma mesa que contou com as participações da presidente do Banco Central Europeu, Christine Lagarde, do historiador Adam Tooze e do diretor executivo da Black Rock, Laurence Fink, propôs o seguinte tema: *Decade Déjà Vu: Are the 2020s the New 1920s?*¹ As comparações tocaram nos temas de revoluções tecnológicas, reorganização das cadeias produtivas e a forte valorização dos mercados financeiros. Estes não seriam traços exclusivos da economia atual: nos anos 1920, a eletrificação, a difusão do automóvel e a introdução das linhas de montagem transformaram profundamente a economia dos países centrais. Na literatura de EPI, em sua vertente da estabilidade hegemônica, os anos 1920 e 1930 são analisados a partir da premissa da ausência de uma liderança efetiva no sistema internacional. Essa ausência teria impedido a canalização dessas mudanças econômicas e tecnológicas, gerando um cenário de fragmentação e competição econômica e militar que, de um ponto de vista econômico, culminou na Segunda Guerra Mundial.

A crise atlântica dos anos 1970, no entanto, não levou à fragmentação observada nos anos 1930, ainda que tenha ocorrido uma complexificação das relações econômicas internacionais. No comércio internacional, por exemplo, isso se observa na proliferação de acordos regionais ou bilaterais e neoprotecionismo, em sobreposição às rodadas de liberalização comerciais multilaterais, no âmbito do GATT. A transnacionalização da produção e a liberalização das finanças marcaram a passagem para uma



Antonio Gramsci

globalização mais acelerada e homogeneizante e, com isso, a abertura de um novo capítulo da ordem internacional liberal sob liderança norte-americana. Os Estados Unidos teriam passado, portanto, por um processo de rejuvenescimento de sua capacidade de liderança, que ficaria mais clara no governo de Ronald Reagan (1981–1989), quando a hegemonia norte-americana se reorganiza em bases neoliberais. Já a Comunidade Econômica Europeia aprofunda ainda mais sua integração econômica ao capitalismo neoliberal sob comando norte-americano nos anos 1980 e 1990.

Nos debates teóricos sobre as crises da ordem mundial, o entreguerras e os anos 1970 costumam ser interpretados como fases de transição entre ordens. Uma forma mais sofisticada de aproximação destes períodos de reorganização global seria por meio do conceito gramsciano de *interregno*: um período prolongado de crise política e desorientação, no qual o antigo equilíbrio hegemônico se desfaz. Trata-se, nesse sentido, de um tempo suspenso: situado entre aquilo que se encontra em erosão e aquilo que ainda não ganhou forma. Nesse sentido, o conjunto de eventos que vai da Crise Financeira Global (2008–2009) à primeira eleição de Trump, passan-

do pelo Brexit, ambos em 2016, sob o pano de fundo de ascensão da China e expansionismo militar da Rússia formariam a sinalização de um período com características de um *interregno*.

Este primeiro ano do segundo mandato de Trump poderia ser lido nesta chave, ainda que características muito particulares do presidente obriguem a análises mais *suis generis*, seja pela retórica espalhafatosamente divisiva, pelas ações concretas pontuais, porém extremamente agressivas (Venezuela, Irã, Nigéria, Síria)², pelos projetos tresloucados (Conselho da Paz) ou pela repressão doméstica com claros contornos fascistas. O desengajamento das organizações internacionais, a instrumentalização das tarifas como meio de persuasão para alteração de posições negociadoras, as sinalizadas anexações territoriais (e aumento da complacência com a violação de soberania exercida por outras potências) e a interferência direta ou indireta na política doméstica de países da América do Sul dificilmente podem ser lidas dentro de um todo coerente, ou uma grande estratégia de política internacional, mas são sua a realidade concreta. É neste contexto altamente imprevisível, típico de períodos de transição, e ao arrepio dos ímpetus corrosivos de Trump que os países precisam formular suas estratégias de política externa.

* É professora adjunta de Relações Internacionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

1 Disponível em <https://www.weforum.org/meetings/world-economic-forum-annual-meeting-2026/sessions/decade-deja-vu-are-the-2020s-the-new-1920s/>

2 Ver Tavares, Marcus: *O Xerife sai à ronda: “Caçar. Encontrar. Acabar.”* Observatório Político dos Estados Unidos. Disponível em <https://www.opeu.org.br/2026/01/27/o-xerife-sai-a-ronda-cacar-encontrar-acabar/>



Os Estados Unidos no capitalismo global: anotações sobre o segundo governo Trump

Henrique Pereira Braga*

■ A captura cinematográfica do presidente venezuelano Nicolás Maduro e da sua esposa, enquanto dormiam em uma fortaleza militar nos arredores de Caracas, na Venezuela, não só mostrou o poder operacional da máquina militar estadunidense, diante de seu presidente, Donald Trump, que acompanhava a operação ao vivo, como também explicitou que os Estados Unidos não toleram mais desvios de conduta dos países que compõem sua zona de controle político e econômico – i.e., as nações do Ocidente. Duas semanas depois da operação que deixou a opinião pública mundial estarrecida, Donald Trump tem insistido na anexação da Groenlândia, território autônomo pertencente à Dinamarca, provocando o deslocamento de militares europeus para esse território, embora todos sejam, ironicamente, signatários do mesmo tratado de defesa, a Otan. Essa pressão levou, até o momento, à assinatura de um acordo sobre a ilha, no qual está vedada a participação da Rússia em sua exploração¹.

Para aqueles que acham que se trata de uma política singular do segundo mandato de Trump, seria bom recordar sua decisão de assinar, em seu primeiro mandato, um tratado com os Talibãs para a retirada das tropas estadunidenses do Afeganistão, que ocorreu em 2021, já sob o governo do seu sucessor, Joe Biden. A assinatura do tratado coroou uma promessa de campanha cujo argumento principal vinha sendo construído anos antes, quando Trump, nas redes sociais, já defendia que os gastos com a ocupação do território afegão – estimados em 2 trilhões de dólares ao longo de 20 anos (2001-2021)² – poderiam ter sido mais bem utilizados caso tivessem sido empregados na “reconstrução” dos Estados Unidos³. A mensagem, então, era clara: para ele, o go-



verno estadunidense deveria concentrar os seus esforços na e pela América.

Seguindo esse princípio, o segundo mandato lançou uma política tarifária que procurou, na retórica oficial, criar espaço comercial para as empresas baseadas nos Estados Unidos e minar o crescimento da China; e iniciou uma caçada implacável aos imigrantes ilegais e sua deportação sumária por meio da elevação do “Serviço de Imigração e Alfândega” (ICE, em inglês) à condição de força militar interna⁴, com um orçamento de 175 bilhões de dólares para os próximos quatro anos⁵. Em paralelo, a administração Trump desenhou uma política habitacional para a classe média, que consiste na proibição de programas federais financiarem a aquisição de casas por grandes corporações e investidores institucionais, sob o argumento de que as corporações não vivem em casa – quem as habita são as famílias estadunidenses⁶ – e disponibilizou uma linha de crédito habitacional de 200 bilhões de dólares⁷.

Poderíamos argumentar que, qualquer que seja o governo estadunidense, ele

sempre governa na e para a América. Hoje, a diferença seria meramente retórica. Se, após a vitória na Segunda Guerra Mundial, havia a defesa da liberdade como sinônimo de economia de mercado e, após a queda da União Soviética, a democracia representativa passou a compor essa retórica, sob Trump a política estadunidense é direta: garantir mercados para suas mercadorias, assegurar insumos para suas indústrias – petróleo, gás, terras raras etc. – e defender o dólar como moeda mundial. Esse argumento é correto até certo ponto, pois escamoteia que essas ações diretas sugerem uma leitura realista do estágio atual do capitalismo. Nele, as nações que desejarem proporcionar um horizonte de expectativas positivo para suas populações deverão submeter as demais à condição de colônias de exploração, tendo em vista que não há um projeto de desenvolvimento capaz de englobar todos, como ocorreu no pós-guerra.

Para explicarmos essa realidade, partimos da compreensão do caráter global do capitalismo, o que significa entendê-lo como um sistema econômico, delineado no pós-guerra, que generalizou a forma-valor como a forma necessária de expressão da atividade humana. Para nos socializarmos, somos compelidos a transformar nossas atividades, em maior ou menor medida, em parte do trabalho social global, expresso em dinheiro, sem o qual não temos condições de reproduzir nossa vida social. Essa generalização foi consolidada nos anos 1960, quando a maior parte da população dos países do então Primeiro e do Segundo Mundo passou a viver nas cidades, apartada de quaisquer laços de solidariedade e tendo suas relações mediadas, em primeiro lugar, pela compra e venda de sua força de trabalho, seja num mercado ou alocada pelo Estado (Hobsbawm, 1995).

Numa sociedade em que a mediação social ocorre pelo valor, as atividades concretas que desempenhamos são, pelo próprio processo social, reduzidas a uma certa média do tempo necessário à produção de uma mercadoria em um determinado ramo de produção. Essa redução engendra diversas contradições, sendo a mais imediata aquela referente à relação entre a grandeza do valor e a produtividade: toda elevação da produtividade se manifesta em um ganho extra para o produtor que a realizou, até a socialização do novo nível de produtividade, momento em que o valor retoma o patamar anterior e os valores unitários das mercadorias são reduzidos, incentivando uma nova busca pela inovação (Postone, 1993). Como as mudanças de produtividade exigem transformações no processo produtivo, geralmente introduzidas por máquinas, há uma elevação da proporção do trabalho morto em relação ao trabalho vivo, o que reduz a massa de mais-valor gerada nesse processo produtivo, parcialmente compensada pela centralização dos capitais e pela extensão e intensificação das jornadas de trabalho (Marx, 2013). Contudo, essa dinâmica própria do capitalismo indica que, em suas próprias estruturas, há a necessidade de ampliar os aspectos da vida social que devem ser submetidos à lógica da valorização, para que, no conjunto, o mais-valor continue a crescer.

Durante a chamada “Era de Ouro” (1945-1975), ocorreu a submissão ao capital da locomoção, da habitação e do lazer, com os grandes planejamentos urbanos, o automóvel e a “indústria cultural”, conformando novos ramos ao lado da produção serializada de alimentos e roupas. A revolução da microeletrônica, ocorrida nos anos 1970, combinada com a internet, já nos anos 1980, produziu, a partir da década seguinte, a transformação progressiva da natureza e das relações humanas em “dados”, que passaram a gerar novos ativos financeiros, porque também significavam novos direitos de propriedade. Um exemplo disso é o sequenciamento genético, que gerou ações das empresas responsáveis por esses processos e um direito de propriedade sobre parte da

estrutura elementar da vida. Em suma, a colonização da vida social pelo capital ocorreu ampliando a promessa de geração de excedente no futuro.

Do lugar ocupado pelos Estados Unidos nesse capitalismo global, podemos dizer que esse processo se traduziu em sua consolidação como centro financeiro e tecnológico de um sistema que, como tal, já não incorporaria camadas crescentes de sua classe trabalhadora. Essa classe fora elevada à condição de classe média quando, nos anos dourados, conquistou a casa própria, os eletrodomésticos e a formação universitária para seus filhos, fazendo com que seu horizonte de expectativas fosse, sem dúvida, ascendente. Quando os empregos fabris deram lugar a postos precários no setor de serviços e a poucos empregos num sofisticado mercado de *design*, produtos financeiros, serviços de luxo e diversas profissões liberais, encerrava-se o processo de ascensão social em massa. Esse fim seria experimentado, em todo o seu vigor, somente pelos netos daqueles cujos filhos ascenderam durante a Era de Ouro.

Até a crise financeira de 2007, a expansão do crédito provocada pelo *boom* imobiliário manteve viva a promessa de ascensão social. Com a crise, a classe média estadunidense se viu endividada, sem casa – o símbolo do *American way of life* – e com seu poder de compra corroído⁸. Aqueles que perpetraram a crise foram socorridos e puderam investir em negócios voltados ao *design*, às finanças, à logística e à ponta da tecnologia da informação, que culminaram nos *smartphones*, nos *data centers* e na inteligência artificial, gerando pouco ou nenhum emprego para essa classe média empobrecida, ao mesmo tempo em que renovavam a promessa de geração de excedente, ocorrida nos anos 2000/2010⁹.

Ao contrário de um movimento de ascensão conjunta, prometido pelo processo de globalização – no qual o excedente crescería e transbordaria para todos –, o capitalismo global proporcionou os ganhos de uns poucos e a pauperização das massas, incluindo agora as “classes médias”. É a esse processo que a administração Trump procura responder por meio de ações que pa-

recem erráticas, mas possuem um sentido preciso: assegurar a hegemonia dos Estados Unidos com a melhora do padrão de vida dos estadunidenses, e nada mais. Se essa estratégia será efetiva ou não, ainda é uma questão em aberto.

* É professor adjunto do Departamento de Economia do ICSA/UFRJ.

Referências

Hobsbawm, Eric. *Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
Marx, Karl. *O capital: crítica da economia política* – Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.
Postone, Moishe. *Time, labor and social domination*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

- 1 https://www.nytimes.com/2026/01/22/world/europe/trump-greenland-deal-framework.html?campaign_id=60&emc=edit_na_20260122&instance_id=169697&nl=breaking-news®i_id=72611733&segment_id=214081&user_id=abd2042ec2186c6f1eabd39d45996718
- 2 <https://costsofwar.watson.brown.edu/paper/afghanistan-and-after-20-years-war-2001-2021>
- 3 <https://abcnews.go.com/Politics/trump-afghanistan-past/story?id=49334361>
- 4 <https://www.npr.org/2026/01/21/nx-s1-5674887/ice-budget-funding-congress-trump>
- 5 <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2026/01/28/orcamento-de-us-175-bi-de-trump-para-reprimir-migrantes-ate-2029-supergasto-anual-de-todos-os-exercitos-exceto-eua-e-china-entenda.ghtml>
- 6 <https://www.whitehouse.gov/fact-sheets/2026/01/fact-sheet-president-donald-j-trump-stops-wall-street-from-competing-with-main-street-homebuyers/>
- 7 <https://forbes.com.br/forbes-money/forbes-real-estate/2026/01/trump-anuncia-programa-de-us-200-bilhoes-para-tentar-reduzir-juros-imobiliarios-nos-eua/>
- 8 <https://thenextrecession.wordpress.com/2025/12/09/stagflation-and-the-k-shaped-economy/>
- 9 <https://outraspalavras.net/outrasmidias/inteligencia-artificial-a-nova-bolha-financeira/>





O sistema internacional está em ruptura – e não por causa de Trump

Leonardo Leite*

■ “Permitam-me ser direto. Estamos no meio de uma ruptura, não de uma transição.” Foi assim que Mark Carney, primeiro-ministro do Canadá, se referiu ao mundo atual durante o Fórum Econômico Mundial de Davos, em janeiro de 2026. Desenvolvo aqui a hipótese de Carney, buscando mapear a cadeia de causalidades que nos trouxe até este ponto.

Donald Trump assume o papel de quem anuncia ao mundo que o jogo mudou – e que as regras também precisam mudar. No ataque à Venezuela e em diversas outras ocasiões ao longo dos últimos anos, os Estados Unidos demonstraram que as normas do direito internacional são inócuas e que a ONU, criada em 1945 como marco jurídico do sistema internacional e principal fórum político de coordenação entre Estados soberanos, tornou-se irrelevante na geopolítica contemporânea. Em outras palavras, Washington anuncia a falência da ordem que eles próprios ajudaram a fundar e da qual continuam sendo anfitriões, já que a sede permanente está em Nova York.

Outros dois anúncios de falência das regras multilaterais são igualmente relevantes nesse contexto. Com o tarifaço de 2025, a Organização Mundial do Comércio foi escanteada, e o sistema internacional de comércio deixou de operar com regras estáveis. Com as sanções financeiras impostas à Rússia em 2022, ocorreu movimento semelhante no sistema monetário internacional, sendo a desvalorização do dólar e a valorização do ouro reflexos desse processo. Tomados em conjunto, esses movimentos – desmantelando a ordem jurídica, comercial e monetária internacional – indicam o colapso da superestrutura política que regulava os padrões vigentes de comércio, investi-

mento e finanças em escala global.

Nada disso, contudo, é propriamente inédito na história do sistema internacional do pós-1945. As regras do jogo nunca foram absolutas para os Estados Unidos. Quando se sentiram ameaçados, partiram para a ofensiva em algum dos campos do sistema – econômico, político ou militar. Como no futebol de rua, o dono da bola define as regras. Isso vale hoje, assim como valeu quando Nixon suspendeu a convertibilidade do dólar em ouro, em 1971, desmontando o sistema monetário então vigente, quando Volcker impôs o choque monetário de 1979, capturando poupança internacional em um contexto de concorrência acirrada, ou quando Bush invadiu o Iraque, em 2003, à revelia da ONU e contra o direito internacional. Sempre que a liderança dos Estados Unidos é desafiada, o país não hesita em alterar as regras que eles mesmos criaram – como se acionassem mecanismos de autodefesa.

O momento atual, contudo, apresenta transformações geopolíticas de maior gravidade do que aquelas observadas anteriormente. A escala é outra. Por isso Carney fala em ruptura, e não em transição. Rupturas, como mostra a história, não ocorrem de forma abrupta. Onze dias antes de Trump assumir seu primeiro mandato, em janeiro de 2017, o Conselho Nacional de Inteligência dos Estados Unidos publicou um relatório¹ que afirmava: “Para o bem ou para o mal, o cenário global emergente está desenhado para encerrar uma era de domínio americano que se seguiu à Guerra Fria. Talvez esteja também chegando ao fim a ordem internacional que emergiu após a Segunda Guerra Mundial. Será muito difícil cooperar internacionalmente e governar da maneira que o público espera.” O que se passa em 2026, portanto, não



é resultado da ação de um presidente louco, ignorante ou senil, como sugerem críticas apressadas. Ele pode ser tudo isso, mas o desmantelamento do sistema internacional não ocorre unicamente por causa disso.

Vivemos um paradoxo: os líderes do sistema imperialista estão destruindo as regras que permitiram sua própria consolidação. O que chamamos de globalização foi o processo pelo qual capitais oriundos dos países centrais se espalharam pelo Sul Global em busca de mão de obra barata e recursos naturais abundantes. Esse movimento só se tornou viável porque existiam sistemas comerciais e monetários estáveis, capazes de assegurar exportações, importações e a repatriação de lucros e dividendos — exatamente os pilares que agora estão sendo corroídos.

Os Estados Unidos destroem a superestrutura que mantinha abertos os condutos da exploração internacional porque esses condutos se estreitaram e, em certos casos, passaram a se obstruir. A crise econômica de 2007-2008 inaugura uma longa depressão, dentro da qual os fluxos globais de comércio e investimento deixam de crescer. Mais importante ainda, do ponto de vista da perda de poder relativo, os Estados Unidos percebem que esses condutos mudaram de direção: em 2001, 80% das economias do mundo comercializavam com os Estados Unidos em uma proporção mais que duas vezes superior ao comércio com a China; em 2023, cerca de 70% do mundo passou a comercializar mais com a China do que com os Estados Unidos.

É verdade que os Estados Unidos continuam sendo, de longe, o maior receptor e exportador de investimento estrangeiro direto. Ainda assim, a distância em relação à China diminuiu consideravelmente, e a atuação estratégica chinesa nas relações Sul-Sul — com grandes investimentos em terras e recursos naturais — é altamente reveladora.

A estagnação dos fluxos produtivos e comerciais mencionada acima tem início em 2007-2008 e resulta de decisões empresariais baseadas em critérios econômicos e financeiros, portanto anteriores às pressões geopolíticas associadas a Trump. Dois vetores parecem atuar de forma combinada. O primeiro é a crise de lucratividade, raiz da longa depressão e expressão do fato de que

os investimentos produtivos exigem imobilizações crescentes de capital em relação ao retorno esperado. A concorrência entre os grandes trustes capitalistas demanda hoje investimentos colossais. Basta observar a escala mínima necessária para fábricas de automóveis elétricos ou o tamanho dos *data centers* exigidos para sustentar materialmente o avanço da digitalização.

Esse vetor se retroalimenta de um segundo: a revolução do valor das mercadorias. Não se trata de uma nova Revolução Industrial, mas de uma transformação que atravessa simultaneamente agricultura, indústria, comércio e serviços. A elevação abrupta da produtividade do trabalho reduz rapidamente os custos de produção, gerando lucros extraordinários para as empresas que se adaptam mais rapidamente. Ao mesmo tempo, novos produtos e serviços emergem, criando rendas de monopólio para aqueles que se apropriam primeiro dos novos ramos produtivos. Projetada sobre o mapa-múndi, essa dinâmica revela algo profundamente novo: fluxos de valor podem ser drenados em escala exponencial para os atores mais bem posicionados na guerra econômica global.

A diretora-geral do Fundo Monetário Internacional, Kristalina Georgieva, recorreu à imagem de um tsunami para descrever os impactos da inteligência artificial sobre o mercado de trabalho. Segundo ela, cerca de 60% dos empregos nas economias avançadas e 40% no mundo poderão ser afetados — seja pela transformação de tarefas, pelo aumento da produtividade ou pela eliminação direta de postos de trabalho —, com os jovens sendo os mais prejudicados e as desigualdades entre países e grupos sociais se aprofundando. Um relatório do Senado dos Estados Unidos sugere que até 100 milhões de empregos poderão ser eliminados no país em razão da automação e da inteligência artificial. Trata-se da formação abrupta de uma população excedente, estruturalmente deslocada do sistema produtivo.

Esse tsunami sobre o trabalho se estende também aos recursos naturais. Atualmente, os *data centers* consomem tanta energia elétrica quanto o Reino Unido. Até 2030, essa demanda deve dobrar e, se fosse um país, figuraria como o terceiro maior consumidor de eletricidade do mundo. Não por acaso, gi-

gantes da tecnologia tornaram-se grandes investidores no mercado de energia. Microsoft, Google e Amazon firmam contratos bilionários de compra de energia, influenciando novos projetos solares e eólicos, além de financiarem pesquisa em energia nuclear, geotérmica e a hidrogênio. A OpenAI, por exemplo, planeja um complexo em Abu Dhabi com capacidade de 5 gigawatts — o equivalente a cinco reatores nucleares.

Paralelamente, a crescente demanda por chips impulsiona políticas industriais agressivas. A França planeja investir 100 bilhões de euros, enquanto os Estados Unidos projetam 280 bilhões de dólares por meio do *Chips and Science Act*. Além da tentativa de reindustrialização doméstica, multiplicam-se restrições comerciais: a Holanda proibiu a exportação de máquinas de litografia para a China, os Estados Unidos ampliaram controles sobre o comércio exterior e a China respondeu restringindo a exportação de minerais críticos.

A fabricação de circuitos avançados exige gálio e germânio — praticamente concentrados na China — e silício, cujo refino global também é dominado pelo país. Os sistemas de resfriamento dependem de terras raras, cujo principal produtor também é a China. O Brasil, por sua vez, possui uma das maiores reservas de silício e terras raras, localizadas em Minas Gerais, Goiás, Pará e Amazonas. Para os cabos, é indispensável o cobre, cujas maiores reservas estão no Chile e no Peru.

Como as fontes de matérias-primas são limitadas, territorialmente fixas e estrategicamente vitais, a concorrência não pode ser resolvida apenas por meios econômicos. Retomando Nicolai Bukharin, a fusão entre trustes capitalistas e Estados deixa de ser uma anomalia e se torna uma necessidade histórica.

Nesse cenário, Donald Trump não aparece como agente da transformação, mas como um agente político que mobiliza interesses sociais reais, reorganiza alianças de classe e, por meio do Estado, altera formas de gestão — e, talvez mais decisivo, altera os discursos de legitimação.

* É economista e professor.

1 Ver *Global Trends: Paradox of Progress*, de 2017. Disponível em: <https://www.dni.gov/files/documents/nic/GT-Full-Report.pdf>.

O nacional-imperialismo de Donald Trump

Juliane Furno*

■ Os ataques sistemáticos perpetrados pelos Estados Unidos contra o direito internacional, a soberania dos povos e as instituições instituídas no pós-Segunda Guerra Mundial recolocaram o tema do imperialismo no centro do debate contemporâneo.

O economista marxista indiano Prabhat Patnaik¹, ao final da década de 1990, formulou críticas contundentes a setores da esquerda pelo relativo abandono e/ou pela substituição da categoria “imperialismo” pela de “globalização”. A questão não é meramente semântica. O esvaziamento dessa categoria – que mobilizou gerações de revolucionários desde o final do século XIX – significou, em grande medida, a legitimação de um projeto de dominação cujo êxito se amplia precisamente quando seus mecanismos permanecem obscurecidos. (FURNO, 2023)

O imperialismo não se encerrou, tampouco se enfraqueceu, em virtude de sua conformação contemporânea “sem colônias”. Conforme argumenta Ellen Wood (2003), a relativa ausência de ocupações territoriais diretas, característica do período recente, não indica o fim do imperialismo; ao contrário, expressa a emergência de sua forma mais avançada, especificamente capitalista. Se, em fases anteriores do desenvolvimento capitalista, o imperialismo operava de modo mais diretamente associado a formas de exploração extraeconômica, no estágio atual – marcado pela maturidade do capitalismo – os mecanismos de mercado assumem maior proeminência. Isso não limita nem enfraquece o imperialismo: apenas o reinscreve em um contexto no qual as leis gerais do capital operam com maior densidade e alcance.

A recorrência prioritária a mecanismos de extração extraeconômicos esteve em



consonância com um período histórico em que o capitalismo ainda não havia alcançado plena maturidade na operação de suas leis em escala global, o que explicaria o recurso a formas de acumulação primitiva e originária. Foster (2003) sustenta, nesse sentido, que, ainda que os meios variem, o alcance global do imperialismo torna-se maior. No presente, os Estados Unidos ocupam território estrangeiro por meio de bases militares em 69 países, e não deixaram de recorrer a guerras e a ocupações territoriais – sobretudo nos primeiros anos da década de 2000. Não obstante, tais instrumentos já não constituem a forma prioritária de atuação: crescem, em centralidade, os dispositivos associados ao livre-mercado, em particular as trocas desiguais e as distintas formas, sistemáticas, de transferência de valor da periferia ao centro.

A atuação contemporânea de Donald Trump à frente do governo dos Estados Unidos parece combinar essas duas formas históricas principais de exercício do imperia-

lismo. De um lado, observa-se o reforço da dominação por meios típicos de mercado, especialmente pelo controle norte-americano da moeda de reserva internacional e do sistema internacional de pagamentos. Intensificam-se, assim, o uso de sanções e o alcance extraterritorial do dólar e das finanças; o controle de cadeias estratégicas (chips, energia, minerais críticos); e a adoção de regimes de *export controls* e barreiras comerciais voltadas a reorganizar dependências e a delimitar quem tem acesso a tecnologia, crédito e mercados. Em lugar da ocupação territorial, o poder se expressa como capacidade de “ligar e desligar” fluxos – de investimento, tecnologia, dados e pagamentos – e de impor custos econômicos relevantes a rivais e parceiros, conforme a conveniência.

De outro lado, Trump parece recolocar – com maior proeminência – instrumentos característicos do período de formação dos Estados nacionais imperialistas. Nesse registro, o retorno ao protecionismo industrial, às ameaças de caráter neocolonial e à incursão militar compõem o repertório. O imperialismo na era Donald Trump não hesita em explicitar seus objetivos e torna mais nítida a imbricação entre os interesses do Estado imperialista e os de suas respectivas empresas nacionais.

As insígnias que sustentaram as ações imperialistas no passado recente, em particular a demagógica “questão democrática”, já não oferecem a mesma base de legitimação às investidas militares. Uma das evidências do declínio do imperialismo norte-americano reside no fato de que sua dominação é obtida, crescentemente, por coerção, e menos por consenso. Isso não implica, contudo, moderação: quanto mais ameaçado, mais feroz tende a ser o imperialismo norte-americano. Foi assim na década de 1970, quando sua hegemonia foi contesta-

da nos planos econômico, militar e monetário. A resposta, bem compreendida por Tavares (1985), articulou-se pela diplomacia do dólar forte e pela diplomacia das armas, patrocinando uma corrida armamentista capaz de desbancar os esforços soviéticos.

Os Estados Unidos parecem estar diante da redefinição de um “nacional-imperialismo”, com traços mais próximos do período entreguerras do que do arranjo estabelecido no pós-Segunda Guerra. Após os acordos de Bretton Woods, consolidou-se aquilo que Samir Amin (2005) denominou “imperialismo coletivo”, com os Estados Unidos no posto central e com a Europa Ocidental e o Japão como sócios minoritários.

Esse arranjo, contudo, parece ter sido desfeito. As ações estadunidenses recentes têm sido tomadas em contrariedade ao direito internacional, à revelia das resoluções da ONU e de seu enfraquecido Conselho de Segurança. A Europa passou, progressivamente, da condição de aliada subordinada e associada a um fardo econômico, o que ajuda a explicar, inclusive, o esvaziamento da Otan. A tônica é a de uma administração norte-americana mais comprometida com interesses domésticos e menos disposta a arcar com os dilemas da proteção militar a aliados anteriormente centrais.

Esse novo cenário, marcado por maior isolacionismo, converge com a ideia de “realismo flexível”, apresentada na nova Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos, na qual se explicita a primazia dos interesses nacionais domésticos sobre outros compromissos. Nesse marco, situam-se a ofensiva sobre as reservas petrolíferas venezuelanas e o interesse nas terras raras da Groenlândia.

O nacional-imperialismo de Donald Trump é também produto das contradições internas da correlação de forças nos Estados Unidos. Observam-se dois grandes grupos de sustentação ao governo Trump, com interesses externos e internos distintos. De um lado, encontra-se o grupo liderado pelo Secretário de Estado Marco Rubio, comprometido com o sufocamento de experiências socialistas ou revolucionárias na América Latina, em especial em Cuba e na Venezuela, e que pressiona por ações mais enérgi-



Prabhat Patnaik

cas no plano externo. De outro, há o campo sintetizado pelo MAGA (*Make America Great Again*), que reivindica a redução da presença e dos gastos dos Estados Unidos em empreendimentos bélicos externos, mobilizando uma agenda política voltada à resolução de questões domésticas.

O resultado dessa tensão expressou-se na ação militar na Venezuela. Ainda que tenham ocorrido meses de bombardeios contra pescadores e embarcações no mar do Caribe, a operação de invasão e sequestro do presidente Nicolás Maduro e da deputada Cilia Flores assumiu caráter quase cirúrgico. Trata-se, portanto, de uma ação distinta daquela observada no Iraque, que envolveu ocupação territorial prolongada e elevados custos humanos e econômicos para os Estados Unidos.

Nesse sentido, o nacional-imperialismo e sua doutrina de “paz pela força” consolidam-se como instrumento preferencial para impulsionar a agenda de Washington. Recuam as tentativas de sedução e captura de instâncias multilaterais, bem como o discurso do “sistema baseado em regras”, frequentemente acionado de modo seletivo e instrumental. Já não se trata de preservar aparências: a aposta recai na superioridade material e no uso direto do poder para rede-

senhar a ordem internacional – e, para contestá-la, outros atores teriam de demonstrar força equivalente. Nesse movimento, os Estados Unidos também reorganizam sua influência no continente: teriam interferido em processos eleitorais na Argentina e em Honduras; pressionam Colômbia e México com a possibilidade de operações antinarcóticos em seus territórios; cobram de Cuba um acordo “antes que seja tarde”; ampliam presença militar no Equador, no Panamá (com o objetivo de reforçar controle sobre o Canal) e no Haiti (defendendo, na ONU, uma “força” voltada à supressão de gangues); e, mais recentemente, emitem um ultimato à Dinamarca e a outros aliados da Otan para que cedam o controle da Groenlândia – ou, do contrário, afirmam que o tomarão “pela força” (RON, 2026).

* É economista, professora da Faculdade de Economia da UFF e pesquisadora do Instituto Tricontinental.

1 https://monthlyreviewarchives.org/index.php/mr/article/view/MR-042-06-1990-10_1

Referências

- AMIN, S. O imperialismo, passado e presente. *Dossiê: Impérios e Imperialismos*. Tempo 9 (18). Jun. 2005.
- FOSTER, J. B. A nova era do Imperialismo. In *Monthly Review*, Vol. 55, Nº 03 Jul/Ago, 2003.
- FURNO, J da C. *Imperialismo: uma introdução econômica*. Da Vinci: Rio de Janeiro, 2023.
- RON, C. Três lições do efeito Trump, 2 tarefas para o futuro e 1 mensagem de Bolívar. *Boletim Nuestra America*, 2026. Acessado em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/boletim-na-corolario-trump-bolivar/>
- TAVARES, M. C. A retomada da hegemonia norte-americana. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 5, n.º 2, p. 5-15, abril-junho, 1985.
- WOOD, E. M. *Empire of capital*. Londres; Nova Iorque: Verso, 2003.



O papel da energia e do petróleo na disputa entre Estados Unidos e China

Iago Montalvão*

■ “*We will drill, baby, drill!*” Essa frase, repetidamente evocada por Trump durante a campanha de 2024 e após sua posse em 2025, sinaliza uma política de retomada e expansão da produção petrolífera nos Estados Unidos como o centro de seu projeto político, ao mesmo tempo em que relativiza os impactos ambientais e climáticos decorrentes da queima de combustíveis fósseis.

É difícil imaginar, nas próximas décadas, um mundo em que o petróleo deixe de ocupar uma posição estratégica e o centro das disputas entre Estados, mesmo diante dos alertas sobre a crise climática e dos acordos multilaterais de redução de emissões. Concomitantemente, convém observar que não apenas os riscos climáticos – físicos e de transição –, mas também as transformações econômicas e geopolíticas globais apontam para um futuro em que a ausência de diversificação das fontes energéticas pode significar perda de competitividade e de protagonismo global.

Marx e Schumpeter enfatizaram a centralidade da inovação e do desenvolvimento das forças produtivas como motores da competição e do crescimento econômico no capitalismo. Carlota Perez e Christopher Freeman¹ acrescentaram a ideia de revoluções tecnológicas e paradigmas tecnoeconômicos que estruturam novos ciclos de transformação econômica, cujo alcance se espalha por todas as esferas da sociedade. O domínio do aço, da máquina a vapor e do carvão contribuiu para a hegemonia britânica entre os séculos XVIII e XIX; ondas subsequentes, como a eletrificação, a indústria química, a eletrônica, a petroquímica e, por fim, a tecnologia da informação, contribuem para sustentar a hegemonia dos Estados Unidos há quase dois séculos.

Entre os diferentes paradigmas tecnológicos, as fontes de energia são elementos



centrais, pois funcionam como insumos essenciais para outras inovações, para o processo produtivo e para o padrão de consumo estabelecido. Ao longo do século XX, o petróleo consolidou-se como *commodity*-chave: a massificação do automóvel, a aviação civil, o transporte internacional de cargas, a produção de plásticos e a geração de energia tornaram a sociedade profundamente dependente dessa matéria-prima. Por décadas, finanças e geopolítica têm-se articulado em torno da dependência desse hidrocarboneto.

Historicamente, os EUA dominaram o mercado petrolífero e, até hoje, são importantes produtores de óleo cru.² Outras regiões com grandes reservas, em especial o Oriente Médio, sofreram intervenções políticas e militares por parte do imperialismo estadunidense. Na América Latina, políticas de pressão e sanções foram empregadas contra países cuja produção interessava a potências externas; o caso da Venezuela é ilustrativo, chegando ao ápice de uma intervenção ilegal em 2026, que culminou no sequestro de seu presidente.

Embora o controle de campos, infraestrutura de produção e rotas de transporte de petróleo continue central nas disputas geopolíticas e econômicas globais, a ascensão da China e uma nova onda de inovações tecnológicas apontam para uma trajetória alternativa na próxima década. Ao lado da digitalização, tecnologias de eficiência energética e energias renováveis têm ganhado espaço, não apenas pelas preocupações com o esgotamento de combustíveis fósseis e a necessidade de reduzir emissões, mas também em razão do aumento substancial da demanda elétrica associada a *datacenters*, Inteligência Artificial e à rápida adoção de veículos elétricos (VEs).

É importante lembrar que a China nunca contou com grandes reservas petrolíferas, nem mesmo para satisfazer sua imensa demanda doméstica e, por isso, durante décadas, construiu seu desenvolvimento sobre uma base energética fortemente ancorada no carvão. Apesar disso, há algum tempo os chineses compreenderam que a ausência de petróleo em seu território, a disputa global por essa *commodity*, a dependência de importações, o alto custo da queima do carvão e a evolução das novas tecnologias exigiam planejamento estatal e investimento robusto em energias alternativas capazes de sustentar o padrão de desenvolvimento econômico e científico alcançado pelo país. A isso somam-se preocupações legítimas com os impactos da queima de combustíveis fósseis, a crescente escassez de recursos naturais finitos e os riscos financeiros inerentes a esses processos.

Globalmente, a demanda por derivados do petróleo tem desacelerado, com um acréscimo de apenas 0,8% em 2024, conforme registrado pela Agência Internacional de Energia (IEA), ao mesmo tempo em que a maior penetração de veículos elétricos elevou o consumo de eletricidade no transpor-

te em mais de 8% no mesmo ano.³ Enquanto os EUA ainda apostam alto em maior eficiência no uso de combustíveis fósseis – com papel complementar de biocombustíveis –, a China já concentra níveis expressivos de penetração em novas trajetórias. Em 2023, a China concentrava cerca de 70% dos registros de caminhões elétricos e em 2024 foi responsável por 2/3 das vendas de carros elétricos; o país tornou-se, ademais, o principal produtor de baterias e responsável por parcela decisiva das vendas globais de veículos elétricos (VEs). Em 2025, a chinesa BYD superou a estadunidense Tesla em vendas globais de VEs.⁴

Além disso, a China dispõe de parcela significativa das reservas de minerais críticos e terras raras, sendo líder isolada na tecnologia de refino e responsável por mais de 90% de todo o processamento de alguns desses materiais, conferindo-lhe vantagem estratégica na produção de ímãs, baterias e outros componentes centrais à eletrificação.⁵ Nesse contexto, a América Latina aparece como território disputado: não só como mercado consumidor em potencial para VEs, mas também como fonte de reservas de minerais críticos que, em conjunto com a oferta chinesa, podem concentrar parcela significativa da disponibilidade global.

O setor de geração de energia também tem sido destaque no país asiático. Na energia solar, a China foi responsável pela produção de 85% das células e 78% dos módulos fotovoltaicos.⁶ Na energia eólica, em 2023 a China foi responsável por 60% da produção de turbinas, enquanto os EUA por apenas 9%.⁷

Em síntese, na corrida global pela eletrificação e pela energia limpa, a China é líder isolada, sobretudo no plano produtivo-industrial e de escala. Embora os EUA ainda detenham elevado potencial tecnológico, controle de cadeias de valor estratégicas e domínio sobre o sistema financeiro internacional, enfrentam crescentes dificuldades para recompor sua posição adiante da competição chinesa, aprofundando pressões estruturais associadas ao declínio de sua hegemonia. A estratégia do governo Trump, marcada por autoritarismo e novas inves-



tidas imperialistas, permanece fortemente dependente do petróleo. Mesmo com a busca por minerais críticos e energia renovável em regiões como a Groenlândia e a América Latina, essa dependência e a fragilidade industrial em renováveis podem reforçar ainda mais o declínio da hegemonia dos EUA num futuro não tão distante.

** É doutorando em Economia no Instituto de Economia da Unicamp, mestre pela mesma instituição e bacharel em Economia pela FEA-USP. Atualmente coordena o think tank Transforma-Unicamp e é pesquisador no Instituto Nacional de Estudos Estratégicos em Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.*

1 FREEMAN, C. *Inovação e ciclos longos de desenvolvimento econômico*. Porto Alegre: Ensaio FEE, v. 5. p. 5-20, 1984.

PEREZ, C. *Technological revolutions and techno-economic paradigms*. *Cambridge Journal of Economics*, v. 34, p. 185-202, 2010.

2 <https://ourworldindata.org/grapher/oil-production-by-country#sources-and-processing>

3 <https://www.iea.org/reports/global-energy-review-2025/>

4 <https://www.iea.org/reports/global-energy-review-2025/electricity>

5 U.S. Geological Survey, 2025, p. 145.

6 <https://www.iea.org/data-and-statistics/charts/china-s-share-in-global-pv-manufacturing-capacity-2024-and-2030>

7 https://www.reuters.com/business/energy/chinas-dominance-wind-turbine-manufacturing-2024-04-10/?utm_source=chatgpt.com

Referências:

FREEMAN, C. *Inovação e ciclos longos de desenvolvimento econômico*. Porto Alegre: Ensaio FEE, v. 5. p. 5-20, 1984.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

PEREZ, C. *Technological revolutions and techno-economic paradigms*. *Cambridge Journal of Economics*, v. 34, p. 185-202, 2010.

SCHUMPETER, Joseph Alois. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY (IEA). *World Energy Outlook 2025*. Paris: IEA, 2025. Disponível em: <https://www.iea.org/reports/world-energy-outlook-2025>





Corolário da crise: o sonho americano como pesadelo global

Daniela Doms*

■ A perda relativa de hegemonia dos EUA é um processo que se intensifica desde a década de 1970, fruto de um caminho que o próprio país decidiu seguir. Ao abraçar o neoliberalismo, os setores hegemônicos da elite americana optaram por restaurar a rentabilidade do capital e consolidar seu próprio poder em detrimento da base industrial, da coesão social e da renovação da infraestrutura nacional que sustentavam seu domínio global. O projeto foi extraordinariamente bem-sucedido em criar uma concentração de riqueza sem precedentes, mas falhou na renovação das fontes materiais e institucionais de seu poder estrutural.

Ao priorizar o valor para o acionista, a desregulamentação financeira e a busca por retornos de curto prazo, o capital americano passou a enxergar a produção doméstica como um custo a ser otimizado, não como um ativo estratégico. A globalização das cadeias produtivas, estimulada por acordos comerciais que facilitaram o *offshoring*, foi uma estratégia deliberada para reduzir custos trabalhistas e regulatórios. O resultado foi o esvaziamento do *heartland* industrial, com cidades-fábrica transformadas em “cemitérios de ferros-velhos”. A partir deste momento, o alicerce produtivo e social da hegemonia norte-americana – historicamente ancorado na capacidade produtiva massiva e em uma classe média robusta – começou a se desfazer por dentro, encerrando um ciclo de prosperidade sem igual na história do país.

Neste sentido, Donald Trump faz do culto ao passado um elemento central de sua retórica. Repleto de imagens da grandeza de outrora e promessas de renascimento, o dis-

curso do presidente revela a visão de que o futuro ideal é uma nova versão do passado idealizado. Ao evocar a era de ouro, o excepcionalismo, o destino manifesto, a abundância de petróleo, Trump não está apenas olhando para trás com saudade; está construindo uma narrativa que serve precisamente aos seus propósitos¹. A nostalgia é o motor do nacionalismo autoritário.

A retórica do *America First* e *Make America Great Again* é o combustível emocional para um projeto político potencialmente perigoso². Se a América precisa tornar-se grande novamente, a premissa fundamental inquestionável é que ela já não o é. A grandeza, no entanto, não é apresentada como uma conquista a ser construída, mas como um direito de propriedade roubado que deve ser reclamado. O perigo último do MAGA não está apenas na direção que aponta, mas naquilo que é preciso destruir. Na busca por ressuscitar um país idealizado, Donald Trump está disposto a dismantlar tudo o que há. Essa é a lógica que justifica a ruptura.

A Nova Estratégia de Segurança Nacional (NSS-2025)³ do governo Trump, apresentada em dezembro de 2025, reconhece, implícita e explicitamente, que a era da hegemonia incontestada acabou. E marca uma ruptura significativa com a ordem internacional que eles mesmos ajudaram a construir. No lugar da adaptação cooperativa a um mundo multipolar, opta pela retração para um unilateralismo hiperimperialista⁴. O esforço estratégico para administrar o declínio a partir de uma posição de força, no entanto, traz um risco intrínseco: o de acelerar a erosão daquilo que busca preservar. E parece que é o que já começamos a ver acontecer⁵.

De acordo com especialistas, o confronto geoeconômico é a principal preocupa-



ção para o ano de 2026, especialmente pela probabilidade de desencadear uma crise global significativa⁶. A trajetória atual também aponta para um mundo ainda mais fragmentado e perigoso, com a possibilidade do aumento no número de conflitos em diferentes níveis⁷. Mas, do meu ponto de vista, a crise climática – ainda frequentemente negligenciada – é o desafio mais urgente que ronda a humanidade: ela interrelaciona e agrava todos os demais problemas.

Um exemplo perturbador de como a manutenção do poder e o cálculo econômico se sobrepõem aos sistemas que sustentam a vida é o acelerado derretimento das geleiras na região do Ártico, que, em vez de gerar preocupação e mobilização internacional, é visto como uma oportunidade: a abertura de novas rotas marítimas para o comércio internacional e a possibilidade de explorar novos recursos, como é o caso da Groenlândia⁸, que vem sofrendo a pressão de Donald Trump.

A Inteligência Artificial (IA), o Complexo Militar-Industrial e a Transição Energética são os motores recentes da corrida global por recursos minerais, amplificando a competição geopolítica e impondo um desafio paradoxal: para construir as tecnologias do futuro, atualiza-se a lógica colonial e extrativista do passado. O “Corolário Trump” afirma que a América Latina é “infraestrutura estratégica do poder americano”, potencialmente sujeitando decisões soberanas sobre exploração e conservação aos interesses dos EUA. Deste modo, pressupõe-se a intensificação da devastação ambiental, da militarização dos territórios e da desigualdade através dos mecanismos de extração de renda imperialista, que flui da periferia para subsidiar a manutenção do poder no centro do sistema.

Para os EUA, o combate às mudanças climáticas é um obstáculo aos interesses nacionais; o negacionismo climático tornou-se política oficial no governo Trump. A Estratégia de Segurança Nacional deixa isso claro: “Rejeitamos as ideologias desastrosas de mudança climática e Emissões Líquidas Zero que tanto prejudicaram a Europa, ameaçam os Estados Unidos e subsidiam nossos adversários”. E afirma a prioridade máxima na restauração do domínio em petróleo, gás, carvão e nuclear⁹.

O compromisso com os combustíveis fósseis é um eixo geoeconômico e militar. O plano de “*drill, baby, drill*” e o foco na exportação líquida de energia visam a alimentar a reindustrialização americana. Porém, o documento revela a dimensão geopolítica dessa escolha: a energia barata e abundante é apresentada como um instrumento para “aprofundar relacionamentos com aliados”, “restringir a influência de adversários” e “projetar poder”¹⁰.

No último triênio, cruzamos um limiar crítico: pela primeira vez, as temperaturas globais mantiveram-se acima de 1,5°C dos níveis pré-industriais¹¹, ultrapassando o limite estabelecido pelo Acordo de Paris. Essa marca histórica é o indicador mais abrangente de uma nova realidade, manifesta em eventos meteorológicos e climáticos extremos cada vez mais frequentes e intensos. Ondas de calor, secas, enchentes, grandes incêndios florestais, tempestades severas que se traduzem em custos humanos e econômicos devastadores por todo o globo.

A crise que se agrava no século XXI não pode ser reduzida à crise da hegemonia norte-americana. Ao contrário, a crise de hegemonia é que decorre da crise geral; ecológica, econômica, política, de cuidados, civilizacional, “cujos efeitos se espalham como metástase por todos os lados”.¹² A ofensiva de ruptura dos EUA com a ordem internacional é expressão política da crise estrutural do capital. Ela encarna a transição de um neoliberalismo globalizado para um neoliberalismo de guerra. A competição pelos recursos e o autoritarismo revanchista se fundem para tentar restaurar a rentabilidade e o poder americano.

Essa política, porém, tem catalisado uma frente multifacetada de resistência. Não podemos esquecer que capitalismo não é meramente um sistema econômico de produção e troca. Trata-se de uma estrutura intrinsecamente polarizadora e imperialista desde sua origem, cuja dinâmica de acumulação gera e aprofunda, necessariamente, a divisão do mundo entre centros dominantes e periferias dominadas. Isso não significa, porém, que os países centrais sejam os comandantes exclusivos das transformações

globais: ao contrário, a história do capitalismo mundial deve ser compreendida pelas reações dos países periféricos ao desenvolvimento do imperialismo, obrigando-o a realizar constantes ajustes. A polarização contém em si as contradições fundamentais em que os conflitos se expressam como luta de classes. São essas disputas que determinam o curso do sistema¹³.

O século XXI nos coloca diante de um paradoxo crucial: o caos geopolítico gerado pelo declínio hegemônico ocorre simultaneamente ao esgotamento do fundamento material sobre o qual se sustenta toda a humanidade. A crise climática, portanto, é o limitante físico absoluto de todas as estratégias que a ignoram. O sucesso duradouro de qualquer ordem emergente dependerá menos de seu poderio militar ou financeiro e mais da capacidade de internalizar esse limite em sua lógica de reprodução. A disputa decisiva, portanto, não será apenas pela hegemonia, mas pelo modelo que conseguirá responder a esta contradição fundamental sem conduzir à catástrofe geral. A nostalgia de um passado colonizador e extrativista não é apenas uma ilusão política: é uma fuga suicida da contradição central do nosso tempo. A verdadeira medida de qualquer nova ordem deve ser a sua capacidade de converter esse limite planetário em fundamento de prosperidade compartilhada.

** É professora e pesquisadora interdisciplinar nas áreas de Economia, agricultura, meio ambiente, geopolítica e gênero; mestre em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Estadual de Londrina (UEL); doutoranda em Economia Política Mundial na Universidade Federal do ABC (UFABC); e integrante do Grupo de Estudo em Macroeconomia Ecológica (Gemaeco/UFPR) e do Grupo de Estudo em Soberania Tecnológica e Autonomia Cognitiva (Gestec/UFABC).*

1 The White House, U.S. Capitol Washington, D.C. The Inaugural Address, January 20, 2025.

<<https://www.whitehouse.gov/remarks/2025/01/the-inaugural-address/>>

2 O projeto político que promete uma restauração redentora do passado através da unidade e pureza, justificando assim o abandono de normas democráticas em nome da grandeza a ser recuperada, está muito próximo do que Robert Paxton definiu como fascismo no livro *Anatomia do Facismo*. Editora



Paz&Terra, 2023.

3 National Security Strategy of the United States of America November 2025. <<https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2025/12/2025-National-Security-Strategy.pdf>>

4 Instituto Tricontinental de Pesquisa.

Hiperimperialismo: um novo estágio decadente perigoso, 23/01/2024.

<<https://thetricontinental.org/pt-pt/estudos-sobre-dilemas-contemporaneos-4-hiper-imperialismo/#toc-section-3>>

5 Poder 360. Davos marcou o reconhecimento do fim a ordem mundial do pós-2ª Guerra, 27/01/26.

<<https://www.poder360.com.br/poder-internacional/davos-marcou-o-reconhecimento-do-fim-a-ordem-mundial-do-pos-2a-guerra/>>

6 World Economic Forum. Global Risks Report 2026.

<<https://www.weforum.org/publications/global-risks-report-2026/digest/>>

7 Desde o início do século XXI, o cenário de conflitos armados tem se agravado em todo mundo. Os dados são estonteadores. A trajetória atual aponta para um mundo ainda mais fragmentado e perigoso, com a possibilidade de aumento no número de conflitos em diferentes níveis. A rejeição explícita de normas internacionais combinada com o expansionismo unilateral cria um cenário de conflitos localizados e generalizados. A tendência mais provável é a multiplicação de conflitos regionais, onde as grandes potências apoiam lados opostos. O cenário mais catastrófico, menos provável, porém não impossível, é a escalada de um conflito regional para um confronto direto entre grandes potências. O Relatório sobre Conflitos Armados de 2025, publicado pelo Instituto

Internacional de Estudos Estratégicos (IISS na sigla em inglês), aponta que o aumento do número de mortes em eventos violentos foi de 23% em relação a 2024. Foram registradas 240 mil mortes. O aumento do número de mortes de civis foi de 40%, chegando a quase 50 mil pessoas em 2024, sendo que Gaza sozinha representou 80% das vítimas infantis e 70% das vítimas femininas em todo o mundo. IISS, Conflict Trends 2025

<<https://www.iiss.org/publications/armed-conflict-survey/2025/armed-conflict-survey-2025/iiss-conflict-trends-2025/#:~:text=Nearly%20240%2C000%20people%20were%20killed,their%20full%20or%20contested%20control.>>

8 Jacobin, The Tech Billionaires Behind Trump's Greenland Push, 16/01/2026.

<<https://jacobin.com/2026/01/trump-silicon-valley-greenland-crypto>>

9 A inclusão da energia nuclear no pacote de "dominância energética" adiciona uma camada complexa de risco. A NSS a promove como uma ferramenta de competitividade geopolítica e resiliência nacional, essencial para alimentar a demanda voraz por energia de data centers de IA e para exportação a aliados estratégicos na África e no Oriente Médio. No entanto, a corrida para revitalizar a indústria nuclear americana e disputar mercados internacionais com a Rússia e a China acarreta sérios problemas: - A expansão acelerada de reatores e cadeias de suprimento de combustível, especialmente em regiões instáveis, aumenta os riscos de acidentes. - O foco em geração de energia ignora o desafio intratável do armazenamento permanente de rejeitos

radioativos de alta atividade, legando um fardo tóxico e perigoso para as gerações futuras. - O enorme investimento de capital e tempo necessário para construir novos reatores desvia recursos que poderiam ser destinados à implantação mais rápida e barata de energias renováveis e redes inteligentes. Além disso, Donald Trump preserva as suas possibilidades de enriquecimento pessoal em detrimento do bem-estar social: EXAME, Entenda por que a empresa de Trump entrou no negócio de fusão nuclear, 21/12/25.

<<https://exame.com/invest/mercados/entenda-por-que-empresa-de-trump-entrou-no-negocio-de-fusao-nuclear/>>

10 Este raciocínio converte o investimento em infraestrutura fóssil e as exportações de petróleo e gás em alavancas de influência. Para a Europa, a dependência energética dos EUA pode se tornar um substituto para a dependência anterior da Rússia, aumentando sua vulnerabilidade política. Para países em desenvolvimento, o acesso a financiamento e tecnologia para transição energética pode ser condicionado ao alinhamento estratégico com Washington, e não a critérios ambientais.

11 Copernicus, Global Climate Highlights 2024. <<https://climate.copernicus.eu/global-climate-highlights-2024>>

12 Fraser, Nancy. Capitalismo Canibal: Como nosso sistema está devorando a democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito disso, Autonomia Literária, 2024.

13 Amin, Samir. O imperialismo americano, a Europa e o Médio Oriente. Novembro de 2004. <<https://www.marxists.org/portugues/amin/2004/11/90.htm>>

Os sentidos do declínio imperial dos EUA

Demian Castro*

■ A indicação de um período histórico como sendo de “declínio” demanda cautela. Embora compreensível a urgência em apontar o declínio de um regime quando inexiste a proteção social enquanto bem comum, há um enorme risco na aceitação deste estado, o risco do “ético finalismo”, isto é, pautar a práxis na crença unívoca de um estado final inexorável. Por isso, sugere-se aqui pensar num “declínio em crise” e apontar aqui alguns elementos ou vetores que levaram à atual inflexão da política dos EUA. Seria um equívoco desdenhar da capacidade da sociedade americana vir a produzir uma resposta capaz de alterar o destino decadente. Em todo caso, esse é um desafio inescapável do desenvolvimento: alterar trajetórias suicidas. Para a sociedade americana, seria instigante se pensar enquanto um país “em desenvolvimento” a construir um caminho civilizatório de paz.

Para explicar os “sentidos”, apontamos para quatro processos que se retroalimentam: primeiro, a dificuldade e incapacidade de continuar sustentando a dominação dos mecanismos monetários e financeiros internacionais sob a égide do dólar; segundo, a desconexão e destruição dos fundamentos responsáveis pelo desenvolvimento das suas forças produtivas; terceiro, o aumento acentuado das desigualdades sociais, a desarticulação social e concomitante morte da democracia americana; e quarto, a supremacia do complexo industrial bélico-militar nas decisões estratégicas do país. A financeirização, contra cara das mutações da moeda forte, impulsionou o deslocamento da indústria dos EUA e de muitos outros países para a Ásia.

O discurso atual baseado na ojeriza caipira à globalização não indica o fim do im-

pério, antes um reposicionamento internacional do poder a partir de uma estratégia formatada pelo complexo extrativista bélico-militar dos EUA. A discussão que o título deste artigo propõe é que se considere o seguinte: a visão de uma implosão da globalização e da sua agência em Davos é parte de um metabolismo em crise envolvendo, de um lado, os EUA e do outro, o exercício do poder nos seus domínios imperiais ameaçados pela Rússia e pela China. O impaciente presidente dos EUA e a mudança de estilo do seu *entourage* são a cara adequada da atual fase do capitalismo: antes que criador, ele é cria do universo social que ora domina o Estado. Será um sinal da metástase do complexo bélico-militar? Incapaz de ouvir o desconforto e a insegurança que adentra a sociedade?

Ainda antes de focalizarmos cada um dos quatro vetores, surge uma outra grande questão ao projetar a dimensão temporal deste declínio. É correto basear-se na temporalidade do “breve século vinte”? Saiba o leitor que, em muitos sentidos, a brevidade cedeu lugar a um tempo incerto e sombrio, em que uma nova “ordem” não tem força para nascer; somos contemporâneos de uma tragédia sem fim à vista. O declínio dos EUA, na sua dimensão política, econômica e financeira, longo ou curto, tem potencialmente um poder letal em nível sistêmico, na forma de guerras ou destruição de espaços nacionais.

A crise do petróleo da década de setenta foi um dos marcos mais importantes do esgotamento histórico do padrão de acumulação fordista. De certa forma, exagerando um pouco, os EUA desdenharam de uma estratégia visando a colocar o país da liderança da terceira revolução industrial. Não no sentido de desenvolver atividades tecnológicas líderes, mas no senti-



CLIQUE E OUÇA

do de uma estratégia industrial capaz de continuar ligada organicamente ao consumo de massa e à geração de empregos produtivos. Ao contrário, a reação conservadora liderada pelo presidente Reagan e seus economistas “do lado da oferta” produziu uma crise sem precedentes, gerou desemprego, iniciou uma longa marcha de desmonte de proteção social e impulsionou a dolarização e financeirização do mundo. O reforço da presença militar no mundo ancorou a política do dólar forte junto com a liberalização da finança e permitiu ao país comprar do mundo o que os EUA deixavam de produzir. Japão, Tigres Asiáticos e China, a “convite”, desenharam e executaram a nova revolução industrial. A finança liberada produzia três movimentos simultâneos: sustentava o poder de compra americano, quebrava qualquer lampejo de solidariedade social concentrando renda e empurrava a manufatura para longe, do outro lado do Pacífico. Sistemáticamente, a partir dos anos noventa, as crises financeiras globais foram “socializadas” nos menos abonados, desprovidos de proteção fiscal.

A financeirização tornou os agentes mais e mais rentistas e avessos ao progresso técnico. Não menos importante, no plano geopolítico, a sustentação mundial da vantagem financeira de emitir a moeda mundial apresenta custos militares cada vez mais elevados.

A acumulação capitalista em seu estado saudável apresenta uma tensão dinâmica entre o desenvolvimento das forças produtivas e o sistema financeiro. Em princípio, um não sobrevive sem o outro; no entanto, a dominação financeira quebrou a espinha dorsal nacional do capitalismo americano, deslocou a capacidade produtiva para a Ásia e manteve o exercício da finança e a gestão militar no espaço nacional. Quebrou a perna necessária para o crescimento virtuoso. O crescimento espetacular do orçamento militar indica o caminho sombrio de uma economia de guerra. Os que a desindustrialização deixou para trás, um proletário industrial, uma classe média carcomida pelo esquecimento, alimentam nas urnas o caminho rumo à economia de guerra.

Os atuais condutores deste *nonsense* ca-



pitalista mentem ao sugerir que pela via das tarifas, da política comercial, podem fazer ressurgir algum tipo de bem-estar. Até agora, os tolos que votaram no caos não receberam uma migalha dos resultados das políticas comerciais radicais, dos benefícios do nacionalismo comercial do presidente dos EUA.

O que muitos estão chamando de fim da democracia americana foi alimentado, paradoxalmente, por uma “democracia” que não soube produzir resultados para manter o bem-estar dos seus indivíduos e, mais grave, que permitiu a chegada ao poder dos novos representantes do recalque acumulado nesta queda desindustrializante, uma trupe sem o mínimo preparo nem vontade de (re)industrializar o país e trilhar um caminho de bem-estar. Infelizmente, dada a dificuldade da empreitada, a parcela progressista da sociedade americana parece fraca e incapaz de se redimir do imperialismo e de interromper o domínio das oligarquias e da economia de guerra.

Finalmente, a elevação abismal do orçamento militar está longe de estar motivada para persuadir inimigos; o estilo do presidente deixa muito clara sua vocação para o uso da força. De fato, o reposicionamento mundial se apoia no arsenal produzido pelo complexo bélico industrial-militar, com ensaios piratas permanentes, testando potenciais resistências. Deliberadamente, os

novos enfoques e as novas práticas tentam sepultar velhas instituições supranacionais de “paz” herdadas após o fim da Segunda Guerra Mundial: a Organização das Nações Unidas e as suas agências.

Este “declínio em crise” dos EUA agrava a condição de vida da sua população e também da população mundial. Vivemos os tempos em que as nações capitalistas desenvolvidas, através dos seus senhores, enveredam pela elevação dos seus gastos militares e se “preparam para a guerra” que outros vão provocar (!). A imagem de que uma nova ordem só irá surgir, plenamente, após uma grande conflagração mundial é a barbárie sem chance, talvez, de sobrevivência. Nunca antes foi tão real a ideia de que a política possui duas faces organicamente entrelaçadas: nossa vida «nacional» e o mundo. Se a nossa trajetória é dominada por uma “americanização perversa”¹, devemos entender que o “declínio em crise” também nos puxa para um poço sem fundo.

** Tem graduação e mestrado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Pernambuco e doutorado e pós-doutorado pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. É professor sênior do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Paraná.*

1 Lembramos o livro Americanização (perversa) da seguridade social no Brasil de Maria Lucia Teixeira Werneck Vianna. Editora Revan, RJ, 1998.